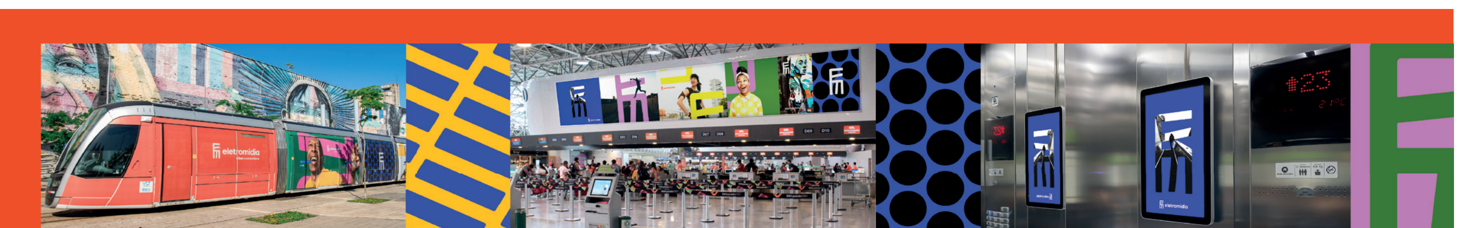
DocuSign Envelope ID: 3E8829E5-072D-4562-9BD4-4346ADFFE329

eletromidia

Eletromidia S.A.
CNPJ nº 09.347.516/0001-81



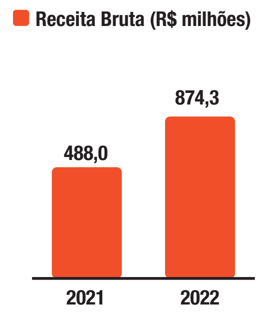
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

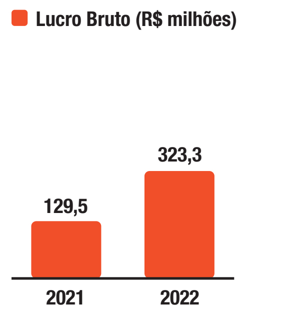
Mensagem da Administração: No cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira, a Eletromidia S.A. apresenta, a seguir, o Relatório da Administração, comentando os resultados operacionais e financeiros relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As informações aqui contidas nesse documento devem ser lidas em conjunto com os relatórios financeiros e os comentários abordam os resultados consolidados da Companhia para o exercício de 2022 e as comparações são relativas ao exercício findo em 2022. Apesar de um começo de ano ainda impactado pelas consequências do isolamento social decorrente da pandemia de Covid-19 como cancelamento do Carnaval 2022, a retomada de grandes eventos trouxe de volta a vida às cidades e aumentou o fluxo de público nas ruas. Envigorando a importância da publicidade e a visibilidade das marcas anunciadas. Ao longo de 2022, estivemos em grandes festivais de música como Lollapalooza, Rock in Rio, e com projetos de eventos como a Copa do Mundo. Aceleramos e apresentamos crescimento de 92% em Receita Líquida e 190% no EBITDA Ajustado quando comparado ao ano de 2021, resultado de nossa alavancagem operacional, aliada ao crescimento sustentável e captura de oportunidades de aquisições, Nosso desempenho pode ser observado também quando comparamos o crescimento de 35,4% pro-forma (considerando os números da ótima em 2021), 7,2p.p. superior ao do mercado de OOH. Elevando assim também a Participação de nossa modalidade em 1,6p.p., atingindo share de 10,2% do total de investimentos medidos pelo Cenp Meios 2022. Nosso resultado demonstra a importância de inovar e operar com excelência, reforçando o OOH como um meio de comunicação efetivo e capaz de alcançar uma grande audiência em locais de grande circulação.

Resultados Financeiros & Operacionais Consolidados:

R$ Mil	4T22	4T21	Δ R$	Δ %	2022	2021	Δ R$	Δ %
Receita Bruta	**294.418**	**204.165**	**90.253**	**44,2%**	**874.340**	**487.953**	**386.387**	**79,2%**
(–) Impostos sobre Vendas	(11.534)	(22.291)	10.757	48,3%	(41.612)	(55.913)	14.301	25,6%
(–) Cancelamentos & Deduções	(8.343)	(7.629)	(714)	-9,4%	(32.750)	(16.342)	(16.408)	-100,4%
Receita Líquida	**274.539**	**174.245**	**100.294**	**57,6%**	**799.978**	**415.698**	**384.280**	**92,4%**
(—) Custos Serviços Prestados	(127.413)	(141.185)	13.772	9,8%	(476.670)	(286.248)	(190.422)	-66,5%
Lucro Bruto	**147.126**	**33.060**	**114.066**	**345,0%**	**323.308**	**129.450**	**193.858**	**149,8%**
Margem Bruta	*53,6%*	*19,0%*		*+34,6 p.p*	*40,4%*	*31,1%*		*9,3 p.p*
(–) Pessoal, Gerais & Administrativas	(50.793)	14.916	(65.709)	-440,5%	(171.519)	(94.647)	(76.872)	-81,2%
(–) Comerciais	(4.164)	(2.746)	(1.418)	-51,6%	(17.801)	(10.596)	(7.205)	-68,0%
(+/-) Outras receitas (despesas), líquidas	3.889	(4.917)	8.806	179,1%	433	(15.094)	15.527	102,9%
(+/–) Resultado Financeiro Líquido	(28.149)	(7.199)	(20.950)	-291,0%	(89.084)	(25.408)	(63.676)	-250,6%
Lucro Antes dos Impostos	**67.909**	**33.114**	**34.795**	**105,1%**	**45.337**	**(16.295)**	**61.632**	**378,2%**
(+/–) IRPJ & CSLL	(2.365)	(17.292)	14.927	86,3%	6.073	4.816	1.257	26,1%
Lucro (Prejuízo) Líquido	**65.544**	**15.822**	**49.722**	**314,3%**	**51.410**	**(11.479)**	**62.889**	**547,9%**
Margem Líquida	*23,9%*	*9,1%*		*+14,8 p.p*	*6,4%*	*-2,8%*		*+9,2 p.p*

Durante ano de 2022, a Receita Bruta totalizou R$874 milhões, o que representa um aumento de R$386 milhões ou 79% em relação ao mesmo período de 2021. Esse avanço pode ser atribuído em grande parte ao aumento das vendas, impulsionado pelo desempenho favorável da vertente de ruas com a consolidação dos investimentos feitos no ano, além do desempenho de edifícios e shoppings. No ano de 2022, a linha de Custos totalizou R$476,7 milhões, aumento de 66,5% sobre os doze meses de 2021. O aumento observado em 2022 é sobretudo atribuído ao aumento da receita, consolidação dos números da empresa Otima além da reclassificação dos saldos da Depreciação e Amortização, conforme mencionado anteriormente. Durante 2022, o Lucro Bruto totalizou R$323,3 milhões, com um aumento de 149,8% em relação a 2021. O aumento na receita foi o principal fator que contribuiu para esse crescimento. Além disso, a empresa obteve uma Margem Bruta de 53,6% e 40,4% no 4T22 e em 2022, respectivamente.



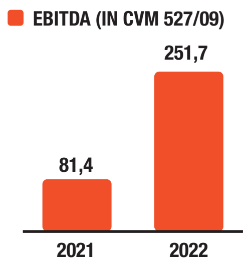


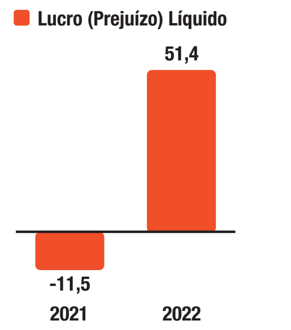
No ano de 2022, as Depesas Operacionais totalizaram R$ 188,9 milhões e representaram 24% da Receita Líquida, comparado com as Despesas Operacionais de 2021 de R$ 120,3 milhões e que representaram 29% da Receita no período, é em partes explicada pelo impacto positivo da reclassificação no 4T21 dos saldos de Depreciação anual para a linha de custos, conforme já mencionado no release, com efeito de R$ 41,4 milhões no último trimestre de 2021. No 4T22 o Resultado Financeiro apresentou uma despesa líquida de R$28,1 milhões, representando uma variação de R$21,0 milhões quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Essa diferença se deve (i) ao aumento da CDI no período, que impacta os juros incorridos sobre as Debêntures e Empréstimos; (ii) à consolidação do resultado financeiro da Otima, consolidada em 2022; (iii) à redução do caixa no período devido ao uso dos recursos do IPO para aquisições.

EBITDA & LUCRO LÍQUIDO

R$ Mil	2022	2021	Δ R$	Δ %
Lucro (Prejuízo) Líquido	**51.410**	**(11.479)**	**62.889**	**547,9%**
(+/–) Resultado Financeiro Líquido	89.084	25.408	63.676	250,6%
(+/–) IRPJ & CSLL	(6.073)	(4.816)	(1.257)	-26,1%
(+/–) Depreciação & Amortização	117.253	72.270	44.983	62,2%
EBITDA (IN CVM 527/09)	**251.674**	**81.383**	**170.291**	**209,2%**

A Companhia divulga seu EBITDA, calculado a partir do lucro (prejuízo) líquido, acrescido das depreciações e amortizações, dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro líquido. O EBITDA da Eletromidia de 2022 atingiu R$251,7 milhões, adição de R$170,3 milhões sobre o EBITDA de R$81,4 de 2020. O crescimento é resultado da evolução dos resultados da Companhia durante o ano, conforme explicado nas seções anteriores deste documento. Em 2022, o Lucro Líquido foi de R$51,4 milhões, evolução de R$62,9 milhões quando comparado com o Prejuízo Líquido de R$11,5 milhões de 2020.





Caixa & Endividamento

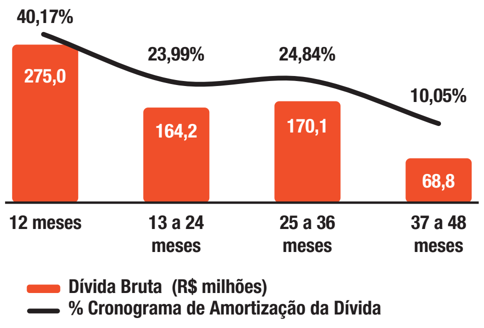
R$ Mil	4T22	4T21	Δ R$	Δ %	2022	2021	Δ R$	Δ %
Saldo Inicial	**137.476**	**579.128**	**(441.652)**	**-76,3%**	**580.182**	**86.135**	**494.047**	**573,6%**
(+/–) Caixa Líquido Operacional excl. juros pagos	99.893	40.571	59.322	146,2%	253.115	36.879	216.236	586,3%
(+/–) Juros pagos	(5.471)	(7)	(5.464)	-78057,1%	(88.186)	(36.659)	(51.527)	-140,6%
(+/–) Caixa Líquido Operacional	94.422	40.564	53.858	132,8%	164.929	220	164.709	74867,7%
(+/–) Caixa Líquido Investimento	(41.329)	(37.708)	(3.621)	-9,6%	(494.390)	(104.072)	(390.318)	-375,0%
(+/–) Caixa Líquido Financiamento	(21.748)	(1.802)	(19.946)	-1106,9%	(81.900)	597.899	(679.799)	-113,7%
Saldo Final	**168.821**	**580.182**	**(411.361)**	**-70,9%**	**168.821**	**580.182**	**(411.361)**	**-70,9%**
Geração Líquida de Caixa	31.345	1.054	30.291	2873,9%	(411.361)	494.047	(905.408)	-183,3%

No 4T22, a Dívida Bruta da companhia totalizou R$693,5 milhões, o que representa um aumento de 14% em relação ao mesmo período de 2021. A redução na linha de Debêntures durante o período se deve ao pagamento semestral da dívida ocorrido no 2T22 e 3T22. Já o aumento na linha de Empréstimos e Financiamentos é consequência da consolidação do endividamento bancário da Otima, empresa adquirida pela companhia em abril de 2022. No final do 4T22, a companhia encerrou com um Patrimônio Líquido de R$954,0 milhões, valor superior aos R$768 milhões registrados no mesmo período de 2021. Após a consolidação da Otima, o índice Dívida Líquida sobre EBITDA UDM (Últimos 12 meses) vem se reduzindo pela geração operacional de caixa e fechou o 4T22 em 2,1x. É importante destacar que, para o cálculo do covenant, o EBITDA das aquisições é considerado para todo o período de 12 meses.

Caixa & Endividamento

R$ Mil	4T22	4T21	Δ R$	Δ %
Empréstimos & Financiamentos				
(+) Debêntures	477.489	603.943	(126.454)	-20,9%
(+) Empréstimos & Financiamentos	206.471	–	206.471	0,0%
(+) Passivo de Arrendamento	9.552	4.544	5.008	110,2%
Dívida Bruta	**693.512**	**608.487**	**85.025**	**14,0%**
(–) Caixa e equivalentes de caixa	(168.821)	(580.182)	411.361	70,9%
Dívida Líquida	**524.691**	**28.305**	**496.386**	**1753,7%**
Patrimônio Líquido	**953.986**	**767.511**	**186.475**	**24,3%**
Dívida Líquida sobre Patrimônio Líquido	0,5x	0,0x		

A Dívida Bruta totalizou R$693,5 milhões em 2022, aumento de 14,0% quando comparada com a Dívida Bruta de R$608,5 do 4T21. O Caixa e Equivalentes de Caixa encerrou o ano com um saldo de R$168,8 milhões. A Companhia encerrou o trimestre com Patrimônio Líquido de R$953,9 milhões, ante um Patrimônio Líquido de R$767,51 no 4T21.



Declaração da Diretoria Estatutária: Em cumprimento às disposições constantes da resolução CVM 80 de 2021, os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordaram com a opinião expressa no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras intermediárias relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **Relacionamento com Auditor Independente:** Ao longo do período findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") para realizar auditoria e emitir relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia. A administração da Companhia informa que não contratou o auditor independente em serviços de consultoria que possam gerar conflitos de interesse ou de independência.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	65.495	530.242	168.821	580.182
Contas a receber	7	79.479	78.624	196.320	129.515
Adiantamentos	8	7.699	3.053	9.241	3.505
Tributos a recuperar	9	7.673	5.548	15.610	23.031
Despesas antecipadas	10	4.292	1.032	5.797	3.037
Dividendos a receber		988	4.055	–	–
Partes relacionadas	26	–	–	–	1.209
Instrumentos financeiros - derivativos	33	8.880	–	8.880	–
Outros créditos		1.643	1.646	6.158	1.869
		176.149	**624.200**	**410.827**	**742.348**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras restritas	11	29.966	32.129	29.966	32.129
Partes relacionadas	26	40.885	4.966	–	–
Depósitos judiciais	12	2.470	2.666	3.234	3.374
Tributos diferidos	31	61.119	47.630	102.283	62.800
Outros créditos		–	–	9.924	14
Despesas antecipadas	10	366	463	715	514
Adiantamentos	8	7.800	10.142	7.800	10.142
Investimentos	13	1.080.314	622.594	–	–
Imobilizado	14	81.357	85.593	328.359	175.348
Direito de uso	16	1.309	1.760	9.303	4.297
Intangível	15	106.339	110.518	1.155.623	598.150
		1.411.925	**918.461**	**1.647.207**	**886.768**
Total do ativo		**1.588.074**	**1.542.661**	**2.058.034**	**1.629.116**

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	17	50.069	66.893	134.853	104.835
Debêntures	18	151.005	147.022	151.005	147.022
Empréstimos e financiamentos	19	100.596	–	129.919	–
Passivo de arrendamento	16	812	1.040	2.996	2.964
Obrigações trabalhistas	20	15.906	11.861	33.009	21.826
Obrigações tributarias	21	2.800	2.721	7.037	24.678
Adiantamentos de clientes		1.042	143	1.886	143
Receitas antecipadas	22	55.328	33.819	59.529	38.581
Contas a pagar por aquisição de empresa	23	7.500	4.836	28.804	6.232
Outras obrigações	24	834	795	6.014	795
		385.892	**269.130**	**555.052**	**347.076**
Não circulante					
Debêntures	18	326.484	456.921	326.484	456.921
Empréstimos e financiamentos	19	–	–	76.552	–
Passivo de arrendamento	16	565	780	6.556	1.580
Obrigações tributárias	21	2.471	3.391	6.696	8.323
Contas a pagar por aquisição de empresa	23	25.942	29.743	61.354	35.411
Provisão para ações judiciais	25	2.983	2.329	9.238	9.858
Obrigações com partes relacionadas	26	34.008	11.335	–	–
Provisão para perda com investimento	13	5.688	–	–	–
Outras obrigações	24	10.646	1.521	62.116	2.436
		408.787	**506.020**	**548.996**	**514.529**
Patrimônio líquido					
Capital social	27	218.062	212.801	218.062	212.801
Reserva de capital	27	643.634	641.951	643.634	641.951
Ações em tesouraria	27	(13.250)	–	(13.250)	–
Prejuízos acumulados	27	(55.051)	(87.241)	(55.051)	(87.241)
Total de participação dos controladores		**793.395**	**767.511**	**793.395**	**767.511**
Participação de não controladores		–	–	160.591	–
		793.395	**767.511**	**953.986**	**767.511**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.588.074**	**1.542.661**	**2.058.034**	**1.629.116**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Atribuído à Participação de Controladores								
	Capital social	Ações em tesouraria	(–) Gastos com Emissão de ações	Reserva de capital - especial de ágio	Reserva de capital - outorga de ações	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**161.470**	**–**	**–**	**3.123**	**3.086**	**(75.762)**	**91.917**	**–**	**91.917**
Captação de recursos da Oferta Pública de Ações	39.304	–	–	660.696	–	–	**700.000**	–	700.000
Aumento de Capital Social	12.027	–	–	–	–	–	**12.027**	–	12.027
(–) Custos de Emissão de Ações	–	–	(27.508)	–	–	–	**(27.508)**	–	(27.508)
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(11.479)	**(11.479)**	–	(11.479)
Plano de opções de compra de ações	–	–	–	–	2.554	–	**2.554**	–	2.554
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**212.801**	**–**	**(27.508)**	**663.819**	**5.640**	**(87.241)**	**767.511**	**–**	**767.511**
Aumento de capital social	5.261	–	–	–	–	–	**5.261**	–	5.261
Compra de ações em tesouraria	–	(15.775)	–	–	–	–	**(15.775)**	–	(15.775)
Resultado do exercício	–	–	–	–	–	32.190	**32.190**	19.220	51.410
Plano de opções de compra de ações	–	2.525	–	–	1.683	–	**4.208**	–	4.208
Participação de não controladores	–	–	–	–	–	–	**–**	141.371	141.371
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**218.062**	**(13.250)**	**(27.508)**	**663.819**	**7.323**	**(55.051)**	**793.395**	**160.591**	**953.986**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido (prejuízo) antes dos tributos		**18.700**	**(30.579)**	**45.337**	**(16.295)**
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos tributos ao caixa operacional					
Encargos financeiros e variação cambial sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	16, 18 e 19	86.690	44.894	100.834	44.968
Juros incorridos sobre aquisição de controladas		3.665	2.371	9.635	2.371
Provisão para demandas judiciais		654	2.072	716	2.831
Provisão para perdas de crédito esperadas	7 e 28	(77)	410	(97)	603
Perdas efetivas em créditos	28	878	547	2.439	1.425
Depreciação e amortização	13, 14, 15 e 16	50.733	47.777	117.253	72.270
Equivalência patrimonial	13	(94.291)	(28.168)	–	–
Baixa de ativos imobilizado e intangível	14 e 15	6.980	14	9.219	300
Ganhos com o valor justo de instrumentos financeiros derivativos	33	(8.880)	–	(8.880)	–
Provisão participação dos empregados nos lucros		4.257	4.121	15.383	9.465
Plano de opção de ações		4.208	2.554	4.208	2.554
Prêmio de emissão de debêntures		1.563	1.562	1.938	1.562
		75.080	**47.575**	**297.985**	**122.054**
Aumento/(diminuição) nos ativos e passivos operacionais					
Contas a receber		(1.656)	(43.626)	(43.058)	(52.959)
Tributos a recuperar		(2.125)	2.714	10.148	(10.970)
Adiantamentos a fornecedores		(2.304)	1.384	(1.399)	2.827
Depósitos judiciais		196	(493)	410	(595)
Outros ativos		(3.159)	10.433	(7.390)	(8)
Fornecedores		(16.824)	(1.114)	5.998	1.315
Obrigações trabalhistas		(212)	313	(10.962)	745
Obrigações tributarias		(841)	(167)	(25.196)	18.458
Adiantamento de clientes		899	(8.025)	1.636	(8.025)
Receitas antecipadas		21.509	2.229	13.921	(5.146)
Partes relacionadas		(6.732)	(17.002)	1.209	(10.993)
Outras contas a pagar		9.161	(650)	16.595	(968)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa líquido originado das atividades operacionais		**72.992**	**(6.429)**	**259.897**	**55.735**
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	(763)	(6.782)	(18.856)
Juros pagos		(73.325)	(36.613)	(88.186)	(36.659)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais depois do imposto de renda, contribuição social e juros pagos		**(333)**	**(43.805)**	**164.929**	**220**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição Moohb, líquido de caixa adquirido		–	–	(32.750)	–
Aquisição Otima, líquido de caixa adquirido		–	–	(323.342)	–
Aquisição NoAlvo, líquido de caixa adquirido		–	–	–	(4.457)
Pagamento de aquisição de controladas		(4.500)	(20.473)	(22.877)	(20.473)
Aumento de capital em controlada		(376.476)	–	–	–
Aplicação financeira restrita		2.163	(1.313)	2.163	(1.313)
Adiantamento para futuro aumento de capital		(2.500)	–	–	–
Aquisição de imobilizado e intangível	14 e 15	(30.422)	(44.756)	(117.584)	(77.829)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(411.735)**	**(66.542)**	**(494.390)**	**(104.072)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	18 e 19	91.089	–	101.289	–
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	18 e 19	(132.000)	(66.926)	(167.634)	(68.532)
Pagamento de passivo de arrendamento	16	(1.254)	(694)	(5.041)	(3.918)
Aumento de capital	27	5.261	12.027	5.261	12.027
Captação de recursos da Oferta Pública de Ações		–	700.000	–	700.000
Gastos com emissão de ações		–	(41.678)	–	(41.678)
Compra de ações em tesouraria		(15.775)	–	(15.775)	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		**(52.679)**	**602.729**	**(81.900)**	**597.899**
Aumento líquido de caixa		**(464.747)**	**492.382**	**(411.361)**	**494.047**
Caixa no início do exercício		530.242	37.860	580.182	86.135
Caixa no final do exercício		65.495	530.242	168.821	580.182

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação, expresso em reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	28	**334.443**	**237.050**	**799.978**	**415.698**
Custos dos serviços prestados	29	(273.277)	(190.337)	(476.670)	(286.248)
Resultado bruto		**61.166**	**46.713**	**323.308**	**129.450**
Receitas (despesas) operacionais		**20.758**	**(51.714)**	**(188.887)**	**(120.337)**
Despesas comerciais	29	(11.776)	(7.693)	(17.801)	(10.596)
Despesas gerais e administrativas	29	(100.840)	(61.976)	(171.519)	(94.647)
Outras receitas (despesas) operacionais	29	39.083	(10.213)	433	(15.094)
Resultado de equivalência patrimonial	13	94.291	28.168	–	–
Lucro (Prejuízo) operacional		**81.924**	**(5.001)**	**134.421**	**9.113**
Resultado financeiro		**(63.224)**	**(25.578)**	**(89.084)**	**(25.408)**
Despesas financeiras	30	(103.270)	(51.559)	(134.840)	(53.903)
Receitas financeiras	30	40.046	25.981	45.756	28.495
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**18.700**	**(30.579)**	**45.337**	**(16.295)**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	31	–	(763)	(916)	(18.856)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	31	13.490	19.863	6.989	23.672
Lucro (Prejuízo) do exercício		**32.190**	**(11.479)**	**51.410**	**(11.479)**
Atribuível aos acionistas controladores		32.190	(11.479)	32.190	(11.479)
Atribuível aos acionistas não controladores		–	–	19.220	–
Resultado por ação					
Básico	27	0,2309	(0,0998)	0,2309	(0,0998)
Diluído	27	0,2260	(0,0998)	0,2260	(0,0998)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (Prejuízo) do exercício	**32.190**	**(11.479)**	**51.410**	**(11.479)**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**32.190**	**(11.479)**	**51.410**	**(11.479)**
Atribuível aos acionistas controladores	32.190	(11.479)	32.190	(11.479)
Atribuível aos acionistas não controladores	–	–	19.220	–

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas				
Receita operacional	374.997	282.145	874.340	487.952
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas efetivas	(801)	(957)	(2.342)	(2.028)
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos de serviços	(215.203)	(172.240)	(412.170)	(243.965)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(28.864)	(13.765)	(46.148)	(26.142)
Valor adicionado bruto gerado pela Companhia	**130.129**	**95.183**	**413.680**	**215.817**
Retenções				
Depreciação e amortização	(50.733)	(47.777)	(117.253)	(72.270)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	**79.396**	**47.406**	**296.427**	**143.547**
Resultado de equivalência patrimonial	94.291	28.168	–	–
Receitas financeiras	40.046	25.981	45.756	28.495
Valor adicionado recebido em transferência	**134.337**	**54.149**	**45.756**	**28.495**
Valor adicionado a distribuir	**213.733**	**101.555**	**342.183**	**172.042**
Distribuição do valor adicionado	**213.733**	**101.555**	**342.183**	**172.042**
Empregados	**71.918**	**48.819**	**118.953**	**79.519**
Salários e encargos	61.915	42.146	101.887	67.500
Participação dos empregados nos lucros	8.320	4.121	15.383	9.465
Plano de compra ações	1.683	2.552	1.683	2.554
Tributos	**5.658**	**12.217**	**35.152**	**50.034**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(13.490)	(19.863)	(6.989)	(23.672)
Federais	6.582	23.522	12.139	58.964
Estaduais	78	154	491	175
Municipais	12.488	8.404	29.511	14.567
Financiadores	**103.967**	**51.998**	**136.668**	**53.968**
Juros	82.882	49.540	109.913	51.321
Outras despesas financeiras	20.387	2.020	24.927	2.581
Aluguéis	698	438	1.828	66
Remuneração de capitais próprios	**32.190**	**(11.479)**	**51.410**	**(11.479)**
Dividendos e juros sobre capital próprio	–	–	–	–
Lucros (prejuízos) retidos	32.190	(11.479)	32.190	(11.479)
Participação dos não controladores nos lucros retidos	–	–	19.220	–

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a companhia: A Eletromidia S.A. ("Eletromidia" e/ou "Companhia") é uma sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, SP na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.300, 7º andar. A Companhia realizou em 17 de fevereiro de 2021, a oferta pública de ações passando a ser negociada no mercado sob o código "ELMD3". A Companhia e suas controladas Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A., TV Minuto S.A., Publibanca Brasil S.A., Eletromidia POA Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A., Eletromidia CPS Concessionária de Mobiliário Urbano SPE Ltda., Otima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A., Nova Noalvo Servicos de Intermediacao Ltda., Eletromidia REC Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A. e Eletromidia Concessões e Participações Societarias Ltda. são definidas em conjunto como "Grupo". O Grupo tem como atividade preponderante a veiculação de mídia OOH (*out-of-home* ou "fora de casa"), através de uma plataforma completa, com painéis digitais e estáticos, combinados com tecnologia e localizados em um portfólio diversificado de ambientes em cinco áreas de atuação: (i) transportes, (ii) edifícios (residenciais e comerciais), (iii) shoppings, (iv) ruas e (v) aeroportos. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas subsidiárias ("o Grupo") para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 23 de março de 2023. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB (IFRS). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuarem operando. Assim, estas informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas apresentaram excesso de passivos circulantes sobre os ativos circulantes no montante de R$144.225, cujo principal motivo está atrelado às aquisições ocorridas no período (Moohb e Otima). A Administração entende que o incremento nas operações proveniente das novas concessões, somado a geração de caixa positivo das atividades operacionais, para os próximos 12 meses, serão suficientes para a equalização da situação do capital circulante negativo. **2.2. Bases de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas, abrangem informações da Eletromidia, e das suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação às investidas. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor). A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. A seguir é apresentada a base de consolidação:

	% Participação	
	31/12/2022	31/12/2021
Participação Direta		
Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A. ("Elemidia")	**100%**	100%
TV Minuto S.A. ("TV Minuto")	**100%**	100%
Publibanca Brasil S.A. ("Publibanca")	**100%**	100%
Eletromidia POA Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A. ("Eletromidia POA")	**97%**	–
Nova Noalvo Servicos de Intermediacao Ltda. ("Nova Noalvo")	**100%**	–
Eletromidia REC Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A. ("Eletromidia REC")	**100%**	–
Eletromidia Concessões e Participações Societarias Ltda. ("ELT Concessões")	**100%**	–
Participação Indireta		
Aki Mídia Consultoria e Serviços de Marketing Ltda. ("Aki Mídia") (i)	**–**	100%
NoAlvo Serviços de intermediação e Comunicação S.A.("NoAlvo") (i)	**–**	100%
Eletromidia CPS Concessionária de Mobiliário Urbano SPE LTDA ("Moohb")	**100%**	–
Otima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. ("Otima")	**74,65%**	–

(i) As controladas indiretas Akimidia e NoAlvo foram incorporadas pela Elemidia em 30.09.2022 (Nota 5). **2.3. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão sendo divulgados na Nota 4. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas. **2.4. Impactos COVID-19:** Dada a contínua imprevisibilidade do impacto do surto de COVID-19, a Companhia e sua Administração não conseguem prever ou estimar precisamente o impacto nos resultados futuros das operações, nos fluxos de caixa ou na condição financeira futura da Companhia, uma vez que o impacto negativo da COVID-19 está gradualmente em declínio, mas representa risco de que a Companhia, colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e outros parceiros de negócios possam ser impedidos de realizar determinadas atividades de negócios por um período indeterminado, inclusive devido a paralisações que podem ser solicitadas por autoridades governamentais como medida preventiva. Com isso, a Companhia implementou ações para manutenção operacional e a gestão do caixa. Dentre as ações tomadas, figuram como as principais: • Revisão dos contratos de aluguéis e prestadores de serviços; • Adoção da MP nº 936/2020 convertida em Lei 14.020/2020 (Programa emergencial de manutenção do emprego e da renda); • Renegociação dos prazos de pagamentos junto aos fornecedores; • Renegociação dos prazos de recebimento junto a clientes anuais; e • Revisão do plano de investimentos. A Companhia está em constante revisão dos contratos com os prestadores de serviços e insumos, de

continua

DocuSigned by:
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 23/03/2023 20:49:23 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 3E8829E5-072D-4562-9BD4-4346ADFFE329

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA ELETROMIDIA S.A. - 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

—★ continuação

tal forma que mantenha a eficiência operacional e os custos e despesas estejam em linha com o volume de negócio e as previsões orçamentárias. A Companhia vem permanentemente monitorando este cenário e mantém um plano de ajuste dinâmico, adaptável conforme a evolução do cenário econômico. **3. Políticas contábeis: 3.1. Combinação de negócios e ágios:** Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. **3.2. Informações por segmentos:** Segmentos operacionais são definidos como componentes de um negócio para os quais informações financeiras segmentadas estão disponíveis e são avaliadas pelo tomador de decisões operacionais na definição sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A conclusão da Administração é de que a Companhia e suas controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços veiculação de publicidade, tendo em vista que: (i) Todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em informações consolidadas; (ii) O objetivo da Companhia e suas controladas é de prover seus clientes, serviços de veiculação de publicidade em espaços publicitários; e (iii) Todas as decisões estratégicas, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. **3.3. Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas demonstrações financeiras. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no NBCTG 9 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). **3.4. Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade. • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço. • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia. • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado. • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço. • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.5. Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. A Companhia determina as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo, como ativos financeiros não cotados, e para mensuração não recorrente. A Companhia é responsável pelo departamento de avaliação de risco, os diretores financeiros e gerentes de cada propriedade. Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo ativos financeiros não cotados, e passivos significativos, tais como contraprestação contingente. O envolvimento de avaliadores externos é decidido anualmente pela Companhia, após discussão com a Companhia e respectiva aprovação dele recebida. Os critérios de seleção incluem conhecimentos de mercado, reputação, independência e verificação se as normas profissionais são cumpridas. A Companhia após discussão com os avaliadores externos, determina que técnicas de avaliação e informações são utilizadas em cada caso. Para fins dessa análise, a Administração confirma as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes. A Administração, em conjunto com os avaliadores externos da Companhia, também compara cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável. **3.6. Reconhecimento da receita:** Receita de contrato com cliente - veiculação de publicidade: A receita de contrato com cliente é reconhecida quando ocorre a efetiva transferência de controle do serviço prestado, ou seja, quando a veiculação do serviço de publicidade é efetuada aos clientes por um valor que reflita a contraprestação a qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia e suas controladas concluem, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita. As divulgações de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas relacionadas à receita de contrato com cliente são apresentadas na Nota 4 - Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e são reconhecidas com base no período de veiculação da mensagem, suportado por documento firmado entre as partes, quando aplicável. Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **3.7. Tributos** Imposto de renda e contribuição social - correntes: Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício. Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido, quando aplicáveis. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. Tributos diferidos: Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: • Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado quando aplicáveis. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. A Companhia reconhece passivos diferidos sobre benefício da amortização fiscal de ágios (*goodwill*) considerando que na hipótese de baixa do ágio por *impairment* exista uma provisão associada a despesa indedutível desse *impairment* para a reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social. Tributos sobre as vendas: Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: • Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e • Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de serviços estão sujeitas aos impostos descritos abaixo, e são apresentados líquidos da receita de vendas na demonstração do resultado. Conforme legislação fiscal, as alíquotas de tributos sobre as vendas são: • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60%; • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; • Imposto Sobre Serviços (ISS) - 2% a 5%; Esses encargos são apresentados como deduções de vendas. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado. **3.8. Distribuição de lucros e dividendos:** A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. **3.9. Imobilizado:** Os itens que compõem o imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

Grupo do ativo imobilizado	% a.a.
Instalações	10
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Painéis	10
Equipamentos de informática	5
Veículos	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 a 10

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.10. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **3.11. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. i) Ativos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, conforme divulgado na Nota 3.6 - Receita de contrato com cliente. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):* Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes. *Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida):* Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. *Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais):* No reconhecimento inicial, o Grupo pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando o Grupo se beneficia destes proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que estes ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. *Desreconhecimento:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas: As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. *Desreconhecimento:* O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável o Grupo receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. ii) Passivos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. *Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos e debêntures):* Esta é a categoria mais relevante para o Grupo. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e debêntures, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Notas 18 e 19. *Desreconhecimento:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. iii) Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.12. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. O Grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, o Grupo estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **3.13. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.14. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Essas contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. No cálculo do valor presente das contas a pagar, a Companhia utilizou como referência as taxas livres de risco fornecida por fontes oficiais. A Companhia possui contratos de repasse com determinados parceiros de negócios com intuito de remunerar com uma contrapartida mensal mínima ou variável, pela utilização dos espaços decorrentes da exploração dos serviços de veiculação de publicidade. Determinadas agências de publicidade e propaganda, que fazem a intermediação das vendas para os anunciantes, possuem contratos de bonificação de acordo com o volume de vendas atingido. Anualmente, a Companhia realiza uma apuração dos valores de investimentos publicitários recebidos para determinação do enquadramento da faixa atingida. **3.15. Provisões:** Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. Provisões para ações judiciais: A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos associadas a riscos tributários, cíveis e trabalhistas. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios: Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo. Subsequentemente, é mensurado entre o maior valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima (CPC 25) ou o valor inicialmente reconhecido menos, quando for o caso, a amortização acumulada reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita. **3.16. Transações envolvendo pagamento baseado em ações:** Funcionários do Grupo recebem pagamentos baseados em ações, nos quais os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais"). O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, o Grupo utiliza um método de avaliação apropriado. Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou *vesting period).* A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (*vesting date*) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa do Grupo sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios outorgados, porém a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa do Grupo sobre o número de outorgas que, em última instância, serão cumpridas e os títulos adquiridos. Condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições atinentes, mas que não possuam uma exigência de serviço a elas associada, são consideradas condições de não aquisição de direito. Condições de não aquisição de direito são refletidas no valor justo da outorga e levam ao lançamento imediato da outorga como despesa, a não ser que também existam condições de serviço e/ou desempenho. Nenhuma despesa é reconhecida para outorgas que completam o seu período de aquisição por não terem sido cumpridas as condições de desempenho e/ou de serviços. Quando as outorgas incluem uma condição de mercado ou uma condição de não aquisição de direito, as transações são tratadas considerando o direito como adquirido independentemente de a condição de mercado ou a condição de não aquisição de direito ser satisfeitas, desde que todas as outras condições de desempenho e/ou serviços sejam satisfeitas. Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfeitas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados. Quando uma outorga é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado. **3.17. Conversão de moeda estrangeira:** a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais - R$, que é a moeda funcional da Companhia. b) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica de "Resultado financeiro". **3.18. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste, com exceção aos ajustes a valor presente de arrendamentos financeiros. **3.19. Arrendamentos:** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Grupo como arrendatário: O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. *Ativos de direito de uso:* O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável. *Passivo de arrendamento:* Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:* O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.20. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **3.21. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2022:** Alterações no CPC 27: Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido: A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado. De acordo com as regras de transição, o Grupo aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia *já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado* para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado. **3.22. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2: Divulgação de políticas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Estimativas e premissas: A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento de apuração inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. i) *Testes de recuperabilidade de ativos (teste de impairment):* Para determinar os valores recuperáveis dos ativos não circulantes avaliados nos testes de recuperabilidade, é necessário estimar os valores justos de reposição, líquidos dos custos de venda, ou dos valores em uso. Para a avaliação do valor recuperável em uso é necessário adotar premissas relativas aos fluxos de caixa operacionais e outras premissas macroeconômicas tais como taxas de desconto, inflação, câmbio e outras. Durante o exercício, a Administração concluiu que não existiram indicativos de *impairment*. As principais premissas estão destacadas na Nota 13. ii) *Provisões para ações judiciais:* A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributária e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. iii) *Provisão de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa:* É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das suas contas a receber, levando em consideração as estatísticas de perdas históricas, e quando necessário, uma avaliação individual das principais contas a receber inadimplentes com riscos eminentes de realização; A Companhia e suas controladas utilizam uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos por categoria de privados e governos que apresentam padrões de perda semelhantes. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia e suas controladas que revisam a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito e anualmente as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. iv) *Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):* O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor e o CPC 32/IAS 12. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro (Nota 31). v) *Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:* A Companhia e suas controladas não são capazes de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia e suas controladas teriam que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Administração estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia. A taxa média dos contratos de arrendamentos vigentes em 31 de dezembro de 2022 é 9,61% a.a. vi) Receita de contrato com cliente - veiculação de publicidade: A receita de contrato com cliente é reconhecida quando ocorre a efetiva transferência de controle do serviço prestado, ou seja, quando a veiculação do serviço de publicidade é efetuada aos clientes por um valor que reflita a contraprestação a qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia e suas controladas concluem, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita. A complexidade envolvida na estimativa do estágio de conclusão dos serviços que é realizada de forma individual por requisição e pedido de inserção e que estão formalizadas no contrato. **5. Principais eventos ocorridos: Reestruturações societárias:** Incorporação das controladas Aki Mídia Consultoria e Serviços de Marketing Ltda. ("Aki Mídia") e NoAlvo Serviços de intermediação e Comunicação S.A.("NoAlvo"): Conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) e nos termos do protocolo e justificação, em 30 de setembro de 2022, foi concluído o processo de incorporação das controladas Aki Midia e NoAlvo pela controladora a Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A. ("Elemidia"), companhia controlada de forma direta pela Companhia. A incorporação está inserida no projeto de simplificação da estrutura societária da Companhia, devendo resultar em redução de custos de natureza operacional, administrativa e financeira. Como resultado desta incorporação, as controladas Aki Midia e NoAlvo foram extintas de pleno direito e a sua controladora Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A. se tornou sua sucessora. O quadro abaixo demonstra o valor contábil da Aki Midia e NoAlvo em 30 de setembro de 2022:

	Aki Midia	NoAlvo	Total		Aki Midia	NoAlvo	Total
Ativo				**Passivo**			
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	–	1.279	1.279	Fornecedores	–	1.982	1.982
Aplicações financeiras	1.100	–	1.100	Obrigações fiscais a recolher	8	524	532
Contas a receber - Clientes	–	1.895	1.895		**8**	**2.506**	**2.514**
Impostos a recuperar	33	563	596	**Não circulante**			
	1.133	**3.737**	**4.870**	Provisão para contingências	–	386	386
					–	**386**	**386**
Não circulante				**Patrimônio líquido**			
Impostos a recuperar	–	136	136	Capital social	89	2.062	2.151
	–	**136**	**136**	Lucros (prejuízo) acumulados	1.036	(1.081)	(45)
					1.125	**981**	**2.106**
Total dos ativos	**1.133**	**3.873**	**5.006**	**Total dos passivos e do patrimônio líquido**	**1.133**	**3.873**	**5.006**

continua—★

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*

DocuSign Envelope ID: 3E8829E5-072D-4562-9BD4-4346ADFFE329

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA ELETROMIDIA S.A. - 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

O acervo patrimonial das empresas Aki Midia e NoAlvo, conforme balanço de 30 de setembro de 2022, composto por ativos e passivos, incorporado pela empresa Elemidia, estão assim resumidos:

	Aki Midia	NoAlvo	Total
Valor dos Ativos	1.133	3.873	5.006
Valor dos Passivos	8	2.892	2.900
Total do Acervo líquido	**1.125**	**981**	**2.106**

O valor patrimonial do acervo líquido contábil das companhias Aki Midia e NoAlvo no montante de R$ 2.106, para fins de incorporação, foram avaliados por uma empresa especializada na data-base de 30 de setembro de 2022 que emitiu laudo datado de 11 de outubro de 2022. Os saldos de investimento e de valores a receber e a pagar da Akimidia e NoAlvo junto à sua controladora Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A. foram eliminados no processo de incorporação. **Combinações de negócios em 2022:** MOOHB CPS Concessionária de Mobiliário Urbano SPE Ltda. ("Moohb"): Em 03 de janeiro de 2022, a Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A., subsidiária da Companhia, celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para a aquisição de 95% do capital social da MOOHB CPS Concessionária de Mobiliário Urbano SPE Ltda. (atualmente denominada Eletromidia CPS Concessionária de Mobiliário Urbano SPE Ltda.) Abaixo a composição do valor a pagar aos vendedores:

	Moohb
(=) Contraprestação transferida	**38.000**
(–) Pagamento à vista	**(33.000)**
(–) Ajuste do preço	**(651)**
(=) Saldo a pagar incluído em contas a pagar por aquisição de controladas	**4.349**
Impacto da aquisição nos fluxos de caixa das atividades de investimento	
Pagamento à vista	**(33.000)**
Caixa e equivalentes de caixas adquiridos	**250**
(=) Aquisição de controlada líquido do caixa adquirido	**(32.750)**

A contabilização dos ativos líquidos adquiridos, foi feita com base em uma avaliação preliminar do valor justo, uma vez que a avaliação dos ativos identificados e passivos assumidos na combinação de negócios ainda demanda da conclusão das análises pela adquirente, que será concluído em até 12 meses da data de aquisição, conforme permitido pela norma contábil. No período findo em 30 de junho de 2022, foi mensurado um ajuste de preço de R$651 referente ao acompanhamento de níveis de capital de giro da adquirida conforme condições previamente pactuadas no contrato de Compra e Venda de ações.

Aquisição Moohb	
Participação adquirida	**95%**
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	250
Contas a receber de clientes	753
Adiantamentos	647
Outros ativos	2.500
Abrigos Concessão	4.476
Intangível	1.074
Mais-valia do intangível - Contrato de concessão (*)	32.962
Opção de compra	1.958
Total dos ativos assumidos	44.620
Passivo	
Fornecedores	63
Obrigações tributárias	1.426
Outros passivos	3.816
Total dos passivos assumidos	5.305
Patrimônio líquido não controladores	**1.966**
Acervo líquido	**37.349**
Total da contraprestação	**37.349**

Em 30 de março de 2022, a controlada direta Elemidia realizou aumento de capital na MOOHB, elevando a sua participação para 99% do capital social. O Contrato de aquisição de participação previa opção de compra pela adquirente. Em 30 de junho de 2022 a adquirente exerceu o direito e a participação passou dos 99% para 100% do capital social. Desde a data de aquisição até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a MOOHB contribuiu com uma receita líquida de R$7.853 e com lucro líquido de R$2.869 para o resultado consolidado. O intangível identificado foi avaliado com vida útil definida:

(*) **Intangível identificado**	**Vida útil (anos)**
Contrato de concessão	16,5

Otima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. ("Otima"). Em 04 de abril de 2022, a Publibanca Brasil S.A., subsidiária da Companhia, concluiu a aquisição de 74,65% do capital social da Otima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. ("Otima"), conforme contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado em 23 de julho de 2021. Abaixo a composição do valor a pagar aos vendedores:

	Otima
(=) Contraprestação transferida	**415.927**
(–) Pagamento à vista	**(356.954)**
(–) Ajuste do preço	(832)
(=) Saldo a pagar incluído em contas a pagar por aquisição de controladas	59.805
Impacto da aquisição nos fluxos de caixa das atividades de investimento	
Pagamento à vista	**(356.954)**
Caixa e equivalentes de caixas adquiridos	33.612
(=) Aquisição de controlada líquido do caixa adquirido	**(323.342)**

A contabilização dos ativos líquidos adquiridos, foi feita com base em uma avaliação preliminar do valor justo, uma vez que a avaliação dos ativos identificados e passivos assumidos na combinação de negócios ainda demanda da conclusão das análises pela adquirente, que será concluído em até 12 meses da data de aquisição, conforme permitido pela norma contábil.

Aquisição Otima	
Participação adquirida	**74,65%**
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	33.612
Contas a receber de clientes	25.336
Tributos a recuperar	35.085
Outros ativos	1.959
Opção de compra	7.409
Direito de uso	794
Imobilizado (i)	1.580
Intangível (i)	140.419
Mais-valia Intangível - Contrato de concessão	534.692
Total dos ativos assumidos	**780.886**
Passivo	
Empréstimos e Financiamentos	130.855
Arrendamentos e Mútuos	54.376
Obrigações trabalhistas e sociais	10.588
Obrigações tributárias	18.767
Adiantamentos	6.657
Outros passivos	2.474
Total dos passivos assumidos	**223.717**
Total dos ativos e passivos adquiridos, líquido	557.169
Participação de não controladores	141.242
Total da contraprestação	**415.927**

(i) Saldo composto substancialmente pelas rubricas Abrigos e Outorgas, conforme apresentadas as Notas 14 - Imobilizado e 15 - Intangível. O intangível identificado foi avaliado com vida útil definida:

(*) **Intangível identificado**	**Vida útil (anos)**
Contrato de concessão	15,7

Constituição de controlada: Eletromidia POA Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A.: Em 22 de fevereiro de 2022, a Companhia constituiu a Eletromidia POA Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A., uma sociedade por ações e detém 97% do seu capital social. Suas principais atividades serão a exploração da concessão comum da prestação dos serviços públicos de remoção, remanejamento, fornecimento, instalação e manutenção de abrigos de ônibus e fornecimento, instalação e manutenção de câmeras de monitoramento no Município de Porto Alegre, com a exclusividade na exploração comercial dos espaços publicitários desses equipamentos, pelo prazo de 20 anos. Eletromidia REC Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A.: Em 23 de agosto de 2022, a Companhia constituiu a Eletromidia REC Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A., uma sociedade por ações e detém 100% do seu capital social. Suas principais atividades serão o fornecimento, instalação e manutenção de 108 relógios eletrônicos digitais, de suas respectivas câmeras de monitoramento, e a consequente exploração comercial de até 216 faces publicitárias no Município de Recife, com a exclusividade na exploração comercial dos espaços publicitários desses equipamentos, pelo prazo de 20 anos. **Adesão ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos ("PERSE"):** O Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos ("PERSE"), foi instituído pela Lei nº 14.148 de 04 de maio de 2021 e estabelece ações emergenciais destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de isolamento ou de quarentena realizadas para enfrentamento da pandemia da Covid-19. O programa tem como objetivo criar condições para que o setor de eventos possa mitigar as perdas oriundas da pandemia. Em 18 de março de 2022, foi publicada a promulgação dos vetos à Lei nº 14.148/2021, derrubados pelo Congresso Nacional, com isso a Companhia amparada pela Lei e com a intenção de mitigar os efeitos da pandemia, informa que ficam reduzidas a 0% (zero), pelo prazo de 60 meses, as alíquotas de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS incidentes sobre as receitas das atividades abrangidos pelo benefício da referida Lei. **Combinações de negócios em 2021:** NoAlvo Serviços de Intermediação e Comunicação S.A. ("NoAlvo"): Em 04 de outubro de 2021, a Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A., subsidiária da Companhia, celebrou Contratos de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para a aquisição de 100% das ações da NoAlvo Serviços de Intermediação e Comunicação S.A. As diretorias da Companhia e da Elemidia foram autorizadas a tomar todas as medidas e executar todos os atos necessários para a implementação e fechamento da operação nesta data. O preço total a ser pago aos acionistas da NoAlvo é de R$10.091, sendo R$4.506 pago à vista e R$5.585 a prazo. A NoAlvo é uma adtech brasileira atua no setor de mídia out-of-home ("OOH"). Fundada em 2016 a NoAlvo é provedora de uma plataforma que conta com um sistema de planejamento de campanhas, que cruza dados geolocalizados de dispositivos móveis com os pontos físicos de mídia, de forma que é possível determinar os endereços para se anunciar considerando um determinado público-alvo, proporcionando dados e métricas para os anunciantes. Abaixo a composição do valor a pagar aos vendedores:

	NoAlvo
(=) Contraprestação transferida	**10.091**
(–) Pagamento à vista	**(4.506)**
(=) Saldo a pagar incluído em contas a pagar por aquisição de controladas	**5.585**
Impacto da aquisição nos fluxos de caixa das atividades de investimento	
Pagamento à vista	**(4.506)**
Caixa e equivalentes de caixas adquiridos	**49**
(=) Aquisição de controlada líquido do caixa adquirido	**(4.457)**

A contabilização dos ativos líquidos adquiridos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, foi feita com base em uma avaliação preliminar do valor justo, uma vez que a avaliação dos ativos identificados e passivos assumidos na combinação de negócios ainda demanda da conclusão das análises pela adquirente, que será concluído em até 12 meses da data de aquisição, conforme permitido pela norma contábil.

Aquisição NoAlvo	
Participação adquirida	**100%**
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	49
Contas a receber de clientes	1.178
Impostos a recuperar	5
Outros ativos	77
Intangível	3.227
Total dos ativos assumidos	4.536
Passivo	
Fornecedores	922
Outros passivos	1.557
Provisão para demandas judiciais	386
Total dos passivos assumidos	2.865
Acervo líquido	**1.671**
Ágio gerado na transação	**8.420**
Total da contraprestação	**10.091**

Os intangíveis identificados foram avaliados com vida útil definida:

(*) **Intangíveis identificados**	**Vida útil (anos)**
Marca	2,2
Softwares desenvolvidos internamente	2,2

O ágio pago de R$8.420 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição que não pôde ser reconhecida separadamente. O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionais gerados pela NoAlvo, a partir de outubro de 2021, uma vez que a transação de aquisição dessa investida se concretizou em 04 de outubro de 2021. Desde a data de aquisição, a NoAlvo contribuiu com uma receita líquida de R$ 464 e lucro líquido de R$284 para o resultado consolidado. Se a aquisição tivesse ocorrido no início do exercício, a NoAlvo teria contribuído com uma receita líquida de R$3.281 e com prejuízo de R$422.

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	3.354	2.316	37.881	11.925
Aplicações financeiras	62.141	527.926	130.940	568.257
	65.495	530.242	168.821	580.182

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, com remuneração baseada na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata, onde a taxa média é de 101,48% da CDI, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. **7. Contas a receber:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber faturado	73.203	69.742	177.918	117.590
Contas a receber a faturar	6.708	9.391	19.431	12.758
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(432)	(509)	(1.029)	(833)
	79.479	78.624	196.320	129.515

A Companhia e suas controladas estão envidando esforços contínuos de redução nas Contas a receber a faturar no intuito de possibilitar o efetivo faturamento e manutenção dos recebíveis e prazos médios de recebimento. A seguir é apresentada a idade de vencimento das contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	47.057	53.626	121.842	90.936
Vencidos de 01 a 30 dias	21.010	15.605	46.020	23.886
Vencidos de 31 a 60 dias	4.455	4.025	11.463	6.273
Vencidos de 61 a 90 dias	843	2.281	3.352	2.815
Vencidos de 91 a 180 dias	4.973	2.987	10.634	4.917
Vencidos de 181 dias a 360 dias	1.298	307	3.235	1.032
Vencidos acima de 360 dias	275	302	803	489
	79.911	79.133	197.349	130.348

A Administração entende que o valores vencidos acima de 180 dias são recuperáveis, pois a inadimplência histórica é baixa quando analisado o total das contas a receber e historicamente não há incidências de não pagamento relevantes de seus clientes. A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(99)	(230)
Constituição de provisão	(410)	(603)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(509)	(833)
Reversão de provisão	77	97
Combinação de negócios	–	(293)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(432)**	**(1.029)**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas estatísticas de perdas históricas sobre as contas a receber de clientes. A Companhia realiza a baixa efetiva dos títulos vencidos acima de 12 meses para clientes privados e 24 meses para clientes governos. **8. Adiantamentos:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos a empregados	221	181	404	298
Adiantamentos a fornecedores (i)	15.278	13.014	16.637	13.033
Outros	–	–	–	316
Total	15.499	13.195	17.041	13.647
Circulante	7.699	3.053	9.241	3.505
Não circulante	7.800	10.142	7.800	10.142

(i) Refere-se a antecipação de pagamento a parceiro para desenvolvimento de projeto de mídia "*out of home*" (R$11.300), além de adiantamento realizado junto a parceiro do seguimento de trilhos (R$3.200), ambos na cidade do Rio de Janeiro, e com previsão de amortização no decorrer dos exercícios de 2023 e 2024.

9. Tributos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda (i)	6.756	3.318	11.268	15.805
Contribuição social	373	608	1.562	5.568
COFINS (ii)	477	1.307	2.172	1.323
PIS (ii)	67	315	581	318
Outros impostos	–	–	27	17
	7.673	5.548	15.610	23.031

(i) Composto substancialmente por imposto retido sobre aplicações financeiras e serviços de terceiros. (ii) Refere-se a crédito de PIS e COFINS sobre aquisições de ativos imobilizados e insumos.

10. Despesas pagas antecipadamente:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios de seguros	1.173	921	1.852	1.160
Remunerações e benefícios	2.634	–	3.423	–
Outras despesas antecipadas (i)	851	574	1.237	2.391
Total	4.658	1.495	6.512	3.551
Circulante	4.292	1.032	5.797	3.037
Não circulante	366	463	715	514

(i) Composto por gastos antecipados ao Metro Rio referente ao projeto "*Naming Rights*" da estação Botafogo no Rio de Janeiro, com vigência até 2023. **11. Aplicações financeiras restritas:** Em 2020, a Companhia, conforme contrato de compra e venda da Elemidia, destinou valores de aplicação financeira retidas ("*Escrow Accounts*") que estão vinculadas à contraprestação contingente registrado na rubrica de valores devidos por aquisição de participação. Conforme contrato a Companhia não poderá descontar, compensar ou reter os valores desta conta. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R$29.966 (R$32.129 em 31 de dezembro de 2021). **12. Depósitos judiciais:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos judiciais trabalhistas	46	98	46	98
Depósitos judiciais cíveis	1.065	1.065	1.670	1.670
Depósitos judiciais tributários	1.359	1.503	1.427	1.503
Outros depósitos	–	–	91	103
	2.470	2.666	3.234	3.374

13. Investimentos:

	Participação		Investimento	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A.	100%	100%	193.862	139.065
Publibanca Brasil S.A.	100%	100%	407.071	18.084
TV Minuto S.A.	100%	100%	–	1.055
Eletromidia POA Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A.	97%	–	4.406	–
Eletromidia REC Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A.	100%	–	22.982	–
Nova Noalvo Serviços de Intermediação Ltda.	100%	–	393	–
Eletromidia Concessões e Participações Societárias Ltda.	100%	–	4.998	–
Ágio e mais-valia (a)			446.602	464.390
			1.080.314	622.594
Provisão para perda com investimento				
TV Minuto S.A.	100%	100%	(5.688)	–
			(5.688)	–
			1.074.626	622.594

(a) A composição dos valores do Ágio e mais valia é apresentada conforme segue:

	Controladora (Investimento)	
	31/12/2022	31/12/2021
Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A.	366.394	366.394
TV Minuto S.A.	625	625
Publibanca Brasil S.A.	2.805	2.805
Eletromidia S.A.	62.679	62.679
Ágio	**432.503**	**432.503**
Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A.	11.455	28.241
Publibanca Brasil S.A.	–	328
TV Minuto S.A.	2.644	3.318
Mais-Valia	**14.099**	**31.887**
Total ágio e mais-valia	**446.602**	**464.390**

A seguir são apresentadas as principais informações das investidas:

31/12/2022	Elemidia	TV Minuto	Publibanca	Eletromidia POA	Eletromidia REC	Nova Noalvo	ELT Concessões
Balanço patrimonial							
Ativo circulante	122.077	13.318	114.869	6.181	3.045	971	5.000
Ativo não circulante	154.217	13.274	716.258	7.862	20.359	198	–
Total do ativo	**276.294**	**26.592**	**831.127**	**14.043**	**23.404**	**1.169**	**5.000**
Passivo circulante	71.481	31.860	97.253	874	27	755	–
Passivo não circulante	10.986	420	166.313	8.627	395	21	2
Patrimônio líquido	193.827	(5.688)	426.319	4.413	22.982	393	4.998
Total do passivo e patrimônio líquido	**276.294**	**26.592**	**689.885**	**13.914**	**23.404**	**1.169**	**5.000**
Atribuível aos acionistas não controladores	–	–	141.242	129	–	–	–
Demonstração do resultado							
Receita operacional líquida	221.768	13.599	228.829	1.149	–	190	–
Custos e despesas operacionais	(157.297)	(25.235)	(134.928)	(772)	(18)	(496)	(1)
Resultado financeiro	(2.375)	525	(23.973)	(36)	–	(1)	–
Imposto de renda e contribuição social	(6.777)	4.368	(4.903)	(105)	–	–	–
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**55.319**	**(6.743)**	**65.025**	**236**	**(18)**	**(307)**	**(1)**
Atribuível aos acionistas não controladores	(35)	–	19.248	7	–	–	–

31/12/2021	Elemidia	TV Minuto	Publibanca
Balanço patrimonial			
Ativo circulante	100.370	10.627	20.659
Ativo não circulante	109.748	9.765	9.406
Total do ativo	210.118	20.392	30.065
Passivo circulante	58.021	18.741	10.204
Passivo não circulante	13.032	596	1.777
Patrimônio líquido	139.065	1.055	18.084
Total do passivo e patrimônio líquido	210.118	20.392	30.065
Demonstração do resultado			
Receita operacional líquida	142.575	8.771	27.302
Custos e despesas operacionais	(97.575)	(18.946)	(19.844)
Resultado financeiro	483	(39)	(274)
Imposto de renda e contribuição social	(15.366)	3.535	(2.454)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	30.117	(6.679)	4.730

A movimentação dos investimentos é apresentada a seguir:

	Elemidia	TV Minuto	Publibanca	Eletromidia POA	Eletromidia REC	Nova Noalvo	ELT Concessões	Ágio e mais-valia	Total
Saldo em 31/12/2020	**112.957**	**7.734**	**13.400**	**–**	**–**	**–**	**–**	**482.439**	**616.530**
Equivalência patrimonial	30.117	(6.679)	4.730	–	–	–	–	–	28.168
Distribuição de dividendos	(4.009)	–	(46)	–	–	–	–	–	(4.055)
Amortização	–	–	–	–	–	–	–	(18.049)	(18.049)
Saldo em 31/12/2021	**139.065**	**1.055**	**18.084**	**–**	**–**	**–**	**–**	**464.390**	**622.594**
Aporte de Capital	–	–	343.600	4.177	23.000	700	4.999	–	376.476
Equivalência patrimonial	55.354	(6.743)	45.777	229	(18)	(307)	(1)	–	94.291
Distribuição de dividendos	(553)	–	(435)	–	–	–	–	–	(988)
Amortização	–	–	–	–	–	–	–	(17.788)	(17.788)
Outros	(4)	–	45	–	–	–	–	–	41
Saldo em 31/12/2022	**193.862**	**(5.688)**	**407.071**	**4.406**	**22.982**	**393**	**4.998**	**446.602**	**1.074.626**

A movimentação da participação dos não controladores está demonstrada a seguir:

	Moohb	Eletromidia POA	Otima	Total
Saldo em 31/12/2021	–	–	–	–
Adições	220	129	141.242	141.591
Baixa	(220)	–	–	(220)
Resultado do exercício	(35)	7	19.248	19.220
Saldo em 31/12/2022	(35)	136	160.490	160.591

Teste de *impairment* de ativos não financeiros: Para os testes de *impairment* da Companhia, o valor recuperável de cada unidade geradora de caixa ("UGC") foi avaliado usando o modelo de Valor em Uso, através de técnicas de fluxo de caixa descontado. O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros, perpetuidade e taxas de desconto. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A composição dos valores do ágio estão apresentadas na Nota 15. As UGC´s definidas pela Administração para fins de cálculo de *impairment* foram as constantes no processo de consolidação do Grupo econômico, uma vez que se trata da menor visão da Administração em termos de geração de caixa por unidade de negócio. Desta forma, as UGC´s estão descritas a seguir: • Eletromidia S.A.; • Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A., composto pelo ágio gerado pela aquisição da NoAlvo Serviços de Intermediação e Comunicação S.A. • TV Minuto S.A.; e • Publibanca S.A. Os fluxos de caixa foram descontados utilizando uma taxa de desconto após os impostos, que representa uma estimativa da taxa que um participante de mercado aplicaria levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. A Companhia utilizou seu custo médio ponderado de capital ("WACC") como ponto de partida para determinar as taxas de desconto. Análise de sensibilidade das premissas: As principais premissas da Companhia identificadas pela Administração, são números de telas e reajuste de tabela de preços, para as quais, alterações razoavelmente possíveis podem acarretar o fato de o valor contábil ser superior ao valor recuperável. A recuperabilidade total do ágio requer taxas médias anuais de crescimento da receita de até 11,56% e ganhos de margem anuais de 5,6%, principalmente pela consideração de melhor mix de vendas e crescimento do ticket médio ao longo dos anos. Os valores utilizados nas principais premissas representam a melhor estimativa da Administração do futuro das unidades geradoras de caixa e foram baseadas em fontes internas (dados históricos) e externas. As estimativas utilizadas no cálculo podem ser assim resumidas: • WACC: 14,2% (12,8% em 31 de dezembro de 2021) • Taxa de Crescimento: 3% (3% em 31 de dezembro de 2021). Diante das análises realizadas pela Administração, não foi necessário constituir provisão de *impairment* para os seus ativos não financeiros. Para 31 de dezembro de 2022 não foram encontradas quaisquer novas evidências para uma constituição de provisão. A Companhia entende que não existe possibilidade razoável que uma possível mudança nas premissas - chave possa resultar em um valor contábil da unidade geradora de caixa superior ao seu valor recuperável, individualmente ou no agregado.

14. Imobilizado:

Controladora	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Painéis	Equipamentos Informática	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Outros	Imobilizado em Andamento	Total
Custo										
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**19.338**	**20.769**	**789**	**25.370**	**4.856**	**90**	**15.498**	**360**	**3.675**	**90.745**
Adições	7.357	18	79	1.615	364	–	4.847	–	28.793	43.073
Baixas	–	–	–	–	(5)	–	(4)	–	(8)	(17)
Transferências	7.984	436	55	1.632	106	–	251	–	(10.464)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**34.679**	**21.223**	**923**	**28.617**	**5.321**	**90**	**20.592**	**360**	**21.996**	**133.801**
Adições	4.398	159	38	17	12	–	713	14	8.453	13.804
Baixas	(1.759)	(2.568)	(17)	(3.254)	(111)	–	(744)	–	–	(8.453)
Transferências	1.256	27	–	20.598	311	–	580	–	(22.772)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**38.574**	**18.841**	**944**	**45.978**	**5.533**	**90**	**21.141**	**374**	**7.677**	**139.152**
Depreciação Acumulada										
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(4.567)**	**(14.809)**	**(345)**	**(4.110)**	**(2.412)**	**(90)**	**(12.483)**	**(39)**	**–**	**(38.855)**
Adições	(2.398)	(1.343)	(81)	(2.768)	(727)	–	(2.003)	(36)	–	(9.356)
Baixas	–	–	–	–	3	–	–	–	–	3
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(6.965)**	**(16.152)**	**(426)**	**(6.878)**	**(3.136)**	**(90)**	**(14.486)**	**(75)**	**–**	**(48.208)**
Adições	(3.737)	(1.359)	(89)	(4.062)	(780)	–	(2.065)	(37)	–	(12.129)
Baixas	569	1.204	8	90	71	–	600	–	–	2.542
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(10.133)**	**(16.307)**	**(507)**	**(10.850)**	**(3.845)**	**(90)**	**(15.951)**	**(112)**	**–**	**(57.795)**
Taxa de depreciação	10%	10%	10%	10%	5%	5%	5%	10%	–	–
Em 31 de dezembro de 2022	**28.441**	**2.534**	**437**	**35.128**	**1.688**	**–**	**5.190**	**262**	**7.677**	**81.357**
Em 31 de dezembro de 2021	27.714	5.071	497	21.739	2.185	–	6.106	285	21.996	85.593

Consolidado	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Abrigos	Totens	Painéis	Equipamentos informática	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Outros	Imobilizado em Andamento	Total
Custo												
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**128.935**	**22.327**	**1.237**	**–**	**–**	**32.459**	**18.597**	**90**	**22.478**	**804**	**7.211**	**234.138**
Adições	14.894	32	79	–	–	1.615	773	–	4.857	–	53.291	75.541
Baixas	(1.066)	(8)	–	–	–	–	(656)	–	(5)	–	–	(1.735)
Transferências	24.612	437	55	–	–	1.759	612	–	251	–	(27.726)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**167.375**	**22.788**	**1.371**	**–**	**–**	**35.833**	**19.326**	**90**	**27.581**	**804**	**32.776**	**307.944**
Adições	17.913	168	182	4.944	706	4.173	60	–	1.106	294	49.704	79.250
Baixas	(2.759)	(2.568)	(18)	(628)	(689)	(3.334)	(913)	–	(749)	–	–	(11.658)
Transferências	16.115	152	–	14.526	2.497	45.840	634	–	574	(1.016)	(79.322)	–
Combinação de Negócios - Otima	–	485	465	143.444	9.856	8.900	1.310	146	969	1.016	11.836	178.427
Combinação de Negócios - Moohb	–	–	–	4.476	–	–	–	–	–	–	–	4.476
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**198.644**	**21.025**	**2.000**	**166.762**	**12.370**	**91.412**	**20.417**	**236**	**29.481**	**1.098**	**14.994**	**558.439**
Depreciação Acumulada												
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(52.486)**	**(15.634)**	**(453)**	**–**	**–**	**(4.914)**	**(15.798)**	**(90)**	**(16.212)**	**(130)**	**–**	**(105.717)**
Adições	(19.293)	(1.578)	(120)	–	–	(3.479)	(874)	–	(2.852)	(118)	–	(28.314)
Baixas	794	1	–	–	–	–	640	–	–	–	–	1.435
Transferências	–	8	–	–	–	–	–	–	(8)	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(70.985)**	**(17.203)**	**(573)**	**–**	**–**	**(8.393)**	**(16.032)**	**(90)**	**(19.072)**	**(248)**	**–**	**(132.596)**
Adições	(22.688)	(1.799)	(156)	(6.501)	(515)	(7.251)	(1.009)	(4)	(2.880)	(128)	–	(42.931)
Baixas	1.463	1.204	8	128	270	89	820	–	600	–	–	4.582
Transferências	–	–	–	(812)	–	–	–	–	–	812	–	–
Combinação de Negócios	–	(179)	(267)	(48.452)	(2.407)	(5.062)	(1.190)	(142)	(634)	(802)	–	(59.135)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(92.210)**	**(17.977)**	**(988)**	**(55.637)**	**(2.652)**	**(20.617)**	**(17.411)**	**(236)**	**(21.986)**	**(366)**	**–**	**(230.080)**
Taxa de depreciação	10%	10%	10%	–	–	10%	5%	5%	5%	10%	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**106.434**	**3.048**	**1.012**	**111.125**	**9.718**	**70.795**	**3.006**	**–**	**7.495**	**732**	**14.994**	**328.359**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	96.390	5.585	798	–	–	27.440	3.294	–	8.509	556	32.776	175.348

15. Intangível:

Controladora	Softwares e Licenças	Direitos de Uso	Contratos Metrô	Outorgas	Intangível em Andamento	Total
Custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.411**	**3.489**	**32.504**	**123.504**	**–**	**160.908**
Adições	–	–	–	805	878	1.683
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.411**	**3.489**	**32.504**	**124.309**	**878**	**162.591**
Adições	–	–	–	14.219	2.399	16.618
Baixas	–	(273)	–	(1.274)	–	(1.547)
Transferências	145	1.149	–	–	(1.294)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.556**	**4.365**	**32.504**	**137.254**	**1.983**	**177.662**
Amortização Acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(689)**	**(640)**	**(20.139)**	**(10.808)**	**–**	**(32.276)**
Adições	(226)	(652)	(4.122)	(14.797)		(19.797)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(915)**	**(1.292)**	**(24.261)**	**(25.605)**	**–**	**(52.073)**
Adições	(209)	(784)	(2.051)	(16.684)	–	(19.728)
Baixas	–	166	–	312	–	478
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(1.124)**	**(1.910)**	**(26.312)**	**(41.977)**	**–**	**(71.323)**
Taxa de depreciação	–	10%	10%	5%	10%	–
Em 31 de dezembro de 2022	**432**	**2.455**	**6.192**	**95.277**	**1.983**	**106.339**
Em 31 de dezembro de 2021	496	2.197	8.243	98.704	878	110.518

Consolidado	Softwares e Licenças	Direitos de Uso	Contratos Metrô	Concessões abrigos de ônibus	Contratos Bancas	Goodwill	Outorgas	Acordos de não competição	Contratos de Franquias	Intangível em Andamento	Marcas e Patentes	Total
Custo												
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**68.070**	**16.892**	**39.028**	**–**	**2.248**	**432.503**	**123.504**	**5.812**	**2.162**	**–**	**–**	**690.219**
Adições	4	601	–	–	–	–	805	–	–	878	–	2.288
Combinação de Negócios	3.078	–	–	–	–	8.421	–	–	–	–	149	11.648
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**71.152**	**17.493**	**39.028**	**–**	**2.248**	**440.924**	**124.309**	**5.812**	**2.162**	**878**	**149**	**704.155**
Adições	3	–	–	–	–	–	34.219	–	–	3.997	115	38.334
Baixas	–	(1.347)	–	–	–	–	(1.274)	–	–	–	–	(2.621)
Transferências	80	1.149	–	–	–	48	–	–	–	(1.294)	17	–
Combinação de Negócios - Moohb	–	1.074	–	32.962	–	–	–	–	–	–	–	34.036
Combinação de Negócios - Otima	1.677	2.760	–	534.692	–	–	35.000	–	–	–	480	574.609
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**72.912**	**21.129**	**39.028**	**567.654**	**2.248**	**440.972**	**192.254**	**5.812**	**2.162**	**3.581**	**761**	**1.348.513**
Amortização Acumulada												
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(19.556)**	**(9.408)**	**(22.670)**	**–**	**(1.358)**	**–**	**(10.808)**	**(1.069)**	**(718)**	**–**	**–**	**(65.587)**
Adições	(16.020)	(2.047)	(4.797)	–	(563)	–	(14.797)	(1.159)	(662)	–	–	(40.045)
Combinação de Negócios	(356)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(17)	(373)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(35.932)**	**(11.455)**	**(27.467)**	**–**	**(1.921)**	**–**	**(25.605)**	**(2.228)**	**(1.380)**	**–**	**(17)**	**(106.005)**
Adições	(16.899)	(2.099)	(2.725)	(27.869)	(327)	–	(17.816)	(1.163)	(720)	–	(141)	(69.759)
Baixas	–	166	–	–	–	–	312	–	–	–	–	478
Combinação de Negócios	(1.447)	(2.727)	–	–	–	–	(12.950)	–	–	–	(480)	(17.604)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(54.278)**	**(16.115)**	**(30.192)**	**(27.869)**	**(2.248)**	**–**	**(56.059)**	**(3.391)**	**(2.100)**	**–**	**(638)**	**(192.890)**
Taxa de depreciação	–	10%	10%	10%	10%	10%	5%	5%	5%	10%	–	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	18.634	5.014	8.836	539.785	–	440.972	136.195	2.421	62	3.581	123	1.155.623
Saldo em 31 de dezembro de 2021	35.220	6.038	11.561	–	327	440.924	98.704	3.584	782	878	132	598.150

Ágio e mais-valia na aquisição de investimentos:

continua

DocuSign Envelope ID: 3E8829E5-072D-4562-9BD4-4346ADFFE329

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA ELETROMIDIA S.A. - 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

	Consolidado (Intangível)	
	31/12/2022	31/12/2021
Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A.	366.394	366.394
TV Minuto S.A.	625	625
Publibanca Brasil S.A.	2.805	2.805
Naparama Locação de Equipamentos Eletroeletrônicos Ltda.	52.632	52.632
DMS Publicidade Mídia Interativa S.A.	10.047	10.047
NoAlvo Serv. De Intermediação e Comunicação S.A.	8.469	8.421
Ágio	**440.972**	**440.924**
Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A.	11.455	28.241
Publibanca Brasil S.A.	–	328
TV Minuto S.A.	2.644	3.318
NoAlvo Serv. De Intermediação e Comunicação S.A.	1.345	2.855
MOOHB CPS Concessionária de Mobiliário Urbano SPE Ltda.	30.964	–
Otima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.	508.123	–
Mais-Valia	**554.531**	**34.742**
Total ágio e mais-valia	**995.503**	**475.666**

16. Direito de uso em arrendamentos e passivo de arrendamento: Movimentação de Direito de uso por arrendamentos:

Controladora	Imóveis	Equipamentos	Total
Custo			
Em 31 de dezembro de 2020	1.473	93	1.566
Adição	1.610	–	1.610
Em 31 de dezembro de 2021	3.083	93	3.176
Adição	634	–	634
Baixas	(1.061)	(51)	(1.112)
Em 31 de dezembro de 2022	2.656	42	2.698
Depreciação			
Em 31 de dezembro de 2020	(779)	(54)	(833)
Adição	(567)	(16)	(583)
Em 31 de dezembro de 2021	(1.346)	(70)	(1.416)
Adição	(1.082)	(6)	(1.088)
Baixas	1.061	51	1.112
Outros	3	–	3
Em 31 de dezembro de 2022	(1.364)	(25)	(1.389)
Valor residual líquido em 31 de dezembro de 2022	1.292	17	1.309
Valor residual líquido em 31 de dezembro de 2021	1.737	23	1.760

Consolidado	Imóveis	Equipamentos	Total
Custo			
Em 31 de dezembro de 2020	8.242	–	8.242
Adição	2.601	93	2.694
Em 31 de dezembro de 2021	10.843	93	10.936
Adição	8.116	–	8.116
Baixas	(1.229)	(51)	(1.280)
Ajuste por remensuração	1.449	–	1.449
Em 31 de dezembro de 2022	19.179	42	19.221
Depreciação			
Em 31 de dezembro de 2020	(3.040)	(54)	(3.094)
Adição	(3.529)	(16)	(3.545)
Em 31 de dezembro de 2021	(6.569)	(70)	(6.639)
Adição	(4.557)	(6)	(4.563)
Baixas	1.229	51	1.280
Outros	4	–	4
Em 31 de dezembro de 2022	(9.893)	(25)	(9.918)
Valor residual líquido em 31 de dezembro de 2022	9.286	17	9.303
Valor residual líquido em 31 de dezembro de 2021	4.274	23	4.297

Passivo de arrendamento:

	Encargos financeiros	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Passivo de arrendamento	CDI + 2,70%	1.377	1.820	9.552	4.544
Total		1.377	1.820	9.552	4.544
Circulante		812	1.040	2.996	2.964
Não circulante		565	780	6.556	1.580
Cronograma de vencimentos					
Vencimento 12 meses		812	1.040	2.996	2.964
Vencimento 13 a 24 meses		282	636	1.615	1.436
Vencimento 25 a 36 meses		173	139	1.718	139
Vencimento 37 a 48 meses		110	5	1.903	5
Vencimento 49 a 60 meses		–	–	1.320	–
Total		1.377	1.820	9.552	4.544

Movimentação do passivo de arrendamento:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	820	5.745
(+) Adição	1.610	2.602
(+) Ajuste a valor presente	84	115
(–) Amortizações de principal	(694)	(3.918)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.820	4.544
(+) Adição	634	8.116
(+) Ajuste a valor presente	177	642
(–) Amortizações de principal	(1.254)	(5.041)
(+) Ajustes por remensuração	–	1.449
(–) Outros	–	(158)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.377**	**9.552**

A Companhia não utilizou o benefício concedido em contrato de arrendamento referente à alteração nos pagamentos do arrendamento, conforme deliberação da CVM 859/20. **17. Fornecedores:**

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Fornecedores	18.144	12.944	30.903	18.759
Repasses & Bonificações por Volume (i)	30.821	52.701	101.416	84.472
Outros	1.104	1.248	2.534	1.604
	50.069	66.893	134.853	104.835

(i) A Companhia possui contratos de repasse com determinados parceiros de negócios com intuito de remunerar com uma contrapartida mensal mínima ou variável, pela utilização dos espaços decorrente da exploração dos serviços de veiculação de publicidade. Adicionalmente, determinadas agências de publicidade e propaganda, que fazem a intermediação das vendas para os anunciantes, possuem contratos de bonificação de acordo com o volume de vendas atingido. Anualmente, a Companhia realiza uma apuração dos valores de investimentos publicitários recebidos para determinação do enquadramento da faixa atingida.

18. Debêntures: Controladora e Consolidado:

Instituição financeira	Vencimento	Taxa de juros anual	Controladora/Consolidado 31/12/2022	Controladora/Consolidado 31/12/2021
Bradesco, Banco do Brasil e Santander	20/03/2026	CDI + 2,70%	477.489	603.943
Total			477.489	603.943
Circulante			151.005	147.022
Não circulante			326.484	456.921
Cronograma de vencimentos				
Vencimento 12 meses			151.005	147.022
Vencimento 13 a 24 meses			130.437	130.440
Vencimento 25 a 36 meses			130.437	130.440
Vencimento 37 a 48 meses			65.610	130.440
Vencimento 49 a 60 meses			–	65.601
Total			477.489	603.943

A seguir é apresentada a movimentação das debêntures:

	Controladora/Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	603.943
(+) Provisão de juros	77.006
(–) Amortizações de principal	(132.000)
(–) Amortizações de juros	(73.023)
(–) Prêmio de emissão	1.563
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**477.489**

Cláusulas restritivas - Covenants financeiros e não financeiros: As Debêntures possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de não cumprimento dessas. O não cumprimento dessas cláusulas previstas nos acordos efetuados com as instituições listadas acima é caracterizado por descumprimento de *covenants* ou descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato. O período de mensuração do complemento dessas cláusulas ocorre por ocasião das demonstrações financeiras anuais, não havendo em períodos intermediários. A Companhia deve manter um índice financeiro de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,00x referentes aos exercícios fiscais a se encerrar a partir de 31 de dezembro de 2022 (inclusive), com base nos indicadores pro forma, sendo a definição de EBITDA o lucro operacional antes de receitas e despesas financeiras, excluindo receitas e despesas não recorrentes, resultado não operacional, participações minoritárias, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 meses. No caso de aquisições de novos contratos adquiridos ao longo dos últimos 12 meses que não estejam integralmente consolidados nas demonstrações financeiras anuais, o cálculo será proforma considerando 12 meses integrais de operação de tal aquisição ou contrato. A inobservância do indicador poderá acarretar vencimento antecipado não automático, sendo possível obter o *waiver* isentando o não cumprimento via AGD (Assembleia Geral de Debenturistas). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apurou o índice financeiro de Dívida Líquida/EBITDA dentro dos limites descritos acima. Sendo assim, para 31 de dezembro de 2022 e 2021 todos os índices econômicos e financeiros previstos nos contratos vigentes foram atingidos.

19. Empréstimos e financiamentos:

Instituição financeira	Linha	Vencimento	Taxa de juros anual	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
FINISA	CDC	06/2025	CDI + 2,5% a.a	–	–	96.580	–
FINEP	Financiamento de Estudos e Projetos	12/2030	TJLP + 3,3% a.a	–	–	9.168	–
Banco do Brasil (Frankfurt)	Empréstimo EUR	08/2023	CDI + 2,50% a.a	100.596	–	100.596	–
Banco Santander	Conta Garantida	02/2023	CDI + 0,40% a.m	–	–	127	–
Total				100.596	–	206.471	–
Circulante				100.596	–	129.919	–
Não circulante				–	–	76.552	–
Cronograma de vencimentos							
Vencimento 12 meses				100.596	–	129.919	–
Vencimento 13 a 24 meses				–	–	32.175	–
Vencimento 25 a 36 meses				–	–	37.896	–
Vencimento 37 a 48 meses				–	–	1.296	–
Vencimento 49 a 60 meses				–	–	5.185	–
Total				100.596	–	206.471	–

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento:

Consolidado	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento (Nota 16)	Debêntures (Nota 18)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	2.535	5.745	660.184	668.464
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Amortização de principal	(2.532)	(3.918)	(66.000)	(72.450)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(2.532)	(3.918)	(66.000)	(72.450)
Outras variações				
Arrendamento	–	2.602	–	2.602
Provisão de juros	80	115	44.773	44.968
Pagamento de juros	(83)	–	(36.576)	(36.659)
Custo de transação	–	–	1.562	1.562
Total de outras variações	(3)	2.717	9.759	12.473
Saldo em 31 de dezembro de 2021	–	4.544	603.943	608.487
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Captação	101.289	–	–	101.289
Amortização de principal	(35.634)	(5.041)	(132.000)	(172.675)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	65.655	(5.041)	(132.000)	(71.386)
Outras variações				
Arrendamento	–	8.116		8.116
Provisão de juros e variação cambial	22.838	642	77.006	91.326
Pagamento de juros	(13.250)	–	(73.023)	(86.273)
Custo de transação	374	–	1.563	1.937
Combinação de negócios	130.854	–	–	130.854
Ajustes por remensuração	–	1.449	–	1.449
Outros	–	(158)	–	(158)
Total de outras variações	140.816	10.049	5.546	147.251
Saldo em 31 de dezembro de 2022	206.471	9.552	477.489	684.352

As principais garantias *(covenants*) que a controlada indireta Otima está sujeita referente ao contrato de financiamento FINISA são: (i) Manter em todo o período de amortização o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD igual ou superior a 1,3 anualmente a partir de 31 de dezembro de 2022; (ii) Manter depósitos bancários vinculados para fazer face ao serviço da dívida para os próximos 6 meses; (iii) Cessão de direitos creditórios dos seus recebíveis em garantia para a instituição financeira; (iv) e Cessão fiduciária dos direitos de crédito, atuais e futuros, provenientes das contas bancárias abertas e mantidas em nome da cedente nos termos do contrato de administração de contas, incluindo a conta de pagamento e a reserva. O período de mensuração do complemento dessas cláusulas ocorre por ocasião das demonstrações financeiras anuais, não havendo em períodos intermediários. Sendo assim, para 31 de dezembro de 2022 todos os índices econômicos e financeiros previstos nos contratos vigentes foram atingidos. **20. Obrigações trabalhistas:**

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Salários a pagar	–	1.525	–	2.273
Encargos sobre folha	1.283	935	2.181	1.402
Provisão de férias e encargos	5.396	3.550	9.161	6.040
Participação nos lucros	7.799	4.701	19.584	10.462
IRRF empregados	1.416	943	2.012	1.433
Outras obrigações trabalhistas	12	207	71	216
	15.906	11.861	33.009	21.826

21. Obrigações tributárias:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
ISS a recolher	1.035	1.154	2.901	1.950
PIS a Recolher	46	29	102	326
COFINS a recolher	226	176	495	1.551
Parcelamentos de impostos	3.800	4.578	9.632	10.876
Imposto de renda a recolher	–	–	73	13.358
Contribuição social sobre o lucro a recolher	–	–	30	4.699
Outros impostos passivos	164	175	500	241
Total	5.271	6.112	13.733	33.001
Circulante	2.800	2.721	7.037	24.678
Não circulante	2.471	3.391	6.696	8.323

(i) Apresentamos abaixo os impostos parcelados:

Natureza	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021	Parcelas Total	Parcelas Em aberto
Municipais	1.068	1.272	2.130	2.421	60	47
Federais - PERT (*)	–	–	2.196	2.303	150	85
Federais - Parcelamento Previdenciário	615	746	789	965	60	35
Federais - Parcelamento Não Previdenciário	2.117	2.560	4.517	5.187	60	40
	3.800	4.578	9.632	10.876		
Circulante	1.329	1.187	2.936	2.553		
Não circulante	2.471	3.391	6.696	8.323		

(*) Programa Especial de Regularização Tributária. Em consequência do período da COVID, a Companhia e suas controladas parcelaram os seus impostos no intuito da manutenção de caixa. Os parcelamentos foram efetuados para impostos municipais relativos a ISS, parcelamento previdenciário relativos a INSS e IRRF salários, e em parcelamento não previdenciário, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia e suas controladas estão liquidando esses parcelamentos, conforme vencimento. **22. Receitas antecipadas:**

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Pacotes antecipados	55.328	33.819	59.529	38.581
	55.328	33.819	59.529	38.581

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia negociou adiantamentos com determinados clientes que decidiram postergar veiculações publicitárias para 2023. Esses pacotes têm previsão de utilização inferior a 12 meses. **23. Contas a pagar por aquisição de participação:**

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Valores devidos - aquisição Elemidia	30.935	32.238	30.935	32.238
Valores devidos - aquisição 30% Publibanca	2.507	2.341	2.507	2.341
Valores devidos - aquisição NoAlvo	–	–	1.168	7.064
Valores devidos - aquisição MOOHB	–	–	4.852	–
Valores devidos - aquisição OTIMA	–	–	50.696	–
	33.442	34.579	90.158	41.643
Circulante	7.500	4.836	28.804	6.232
Não circulante	25.942	29.743	61.354	35.411

24. Outras obrigações:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Dívidas com terceiros (i)	–	–	51.471	915
Outorgas	11.099	1.934	11.143	1.934
Outras obrigações	381	382	5.516	382
	11.480	2.316	68.130	3.231
Circulante	834	795	6.014	795
Não circulante	10.646	1.521	62.116	2.436

(i) O saldo refere-se a dívida com antigos controladores da Otima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A., sendo acrescidos de juros reajustados a taxa CDI + 6,17% a.a., com vencimentos em 30 de junho de 2025 e 01 de abril de 2027 e pagamento vinculado a liquidação do empréstimo FINISA tomado junto à Caixa Econômica Federal (Nota 19). **25. Provisão para ações judiciais: 25.1. Processos com risco de perda provável:**

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Trabalhistas	208	38	901	888
Cíveis	–	8	4.264	4.018
Tributárias	2.775	2.283	4.073	4.952
	2.983	2.329	9.238	9.858

Controladora	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2020	81	432	172	685
Ingressos	167	18	2.774	2.959
Reversões	(210)	(14)	(663)	(887)
Pagamentos	–	(428)	–	(428)
Saldo em 31/12/2021	38	8	2.283	2.329
Ingressos	226	–	492	718
Reversões	(56)	(8)	–	(64)
Pagamentos	–	–	–	–
Saldo em 30/09/2022	208	–	2.775	2.983

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2020	577	4.405	2.087	7.069
Ingressos	174	71	4.859	5.104
Reversões	(249)	(30)	(1.994)	(2.273)
Pagamentos	–	(428)	–	(428)
Combinação de negócios	386	–	–	386
Saldo em 31/12/2021	888	4.018	4.952	9.858
Ingressos	455	19	756	1.230
Reversões	(442)	(8)	(64)	(514)
Pagamentos	–	(8)	(1.571)	(1.579)
Combinação de negócios	–	243	–	243
Saldo em 30/09/2022	901	4.264	4.073	9.238

25.2. Processos com risco de perda possível: Os valores em risco dos processos cujos desfechos são considerados possíveis por seus assessores jurídicos são demonstrados a seguir por natureza:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Trabalhistas	2.728	740	2.915	882
Cíveis	1.199	1.935	1.308	13.007
Tributárias	4.605	70	58.782	50.869
	8.532	2.745	63.005	64.758

A seguir, demonstramos as principais contingências possíveis: Contingências Cíveis: • Trata-se de ação de execução da Carvalho Assessoria contra a DMS Publicidade Mídia Interativa S.A. (incorporada pela Eletromidia S.A.), por meio da qual o autor pleiteia indenização a título de aviso prévio, cláusula penal, pagamento de supostas diferenças e reembolsos em razão do término da relação contratual existente entre as partes. A Companhia obteve êxito em decisão de primeira instância, tendo a juíza julgado procedente o pedido para extinção da ação executiva. O autor interpôs recurso de apelação, em relação ao qual as partes aguardam julgamento que é monitorado pelos assessores jurídicos da Companhia. O valor da causa é de R$1.200. Contingências Tributárias: • O Município de São Paulo lavrou autos de infração contra a Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A. para cobrança de ISS supostamente não recolhido, nem declarado, incidente sobre serviços de publicidade, e imputação de multa regulamentar, referente ao período de 2012 a 2014 e do período de 2017 a 2018. A Elemidia apresentou Impugnações, que atualmente aguardam julgamento em primeira instância administrativa. Boa parte dos autos de infração se referem à atividade de cessão de espaço para veiculação de publicidade, a qual, à época, não estava prevista como um fato gerador, sendo entendimento pacificado no próprio Município de São Paulo que, à época, a atividade de veiculação de publicidade não estava sujeita ao ISS, no valor de R$51.915. **26. Partes relacionadas: 26.1. Saldos e operações - controladora:** Transações com partes relacionadas: Os saldos das operações com partes relacionadas não possuem vencimento predeterminado e não estão sujeitos a encargos financeiros. As operações mantidas com partes relacionadas representam, principalmente, serviços que envolvem a administração e gestão organizacional da Companhia e de suas investidas.

Controladora	Balanço Patrimonial 31/12/2022 Não Circulante Ativo	31/12/2022 Não Circulante Passivo	31/12/2021 Não Circulante Ativo	31/12/2021 Não Circulante Passivo
Publibanca	8.245	8.204	3.505	1.448
TV Minuto	1.438	1.991	1.348	5.047
Elemidia	23.030	22.348	113	4.840
Eletromidia POA	7.754	1.266	–	–
Eletromidia REC	395	–	–	–
Nova Noalvo	21	199	–	–
ELT Concessões	2	–	–	–
Total	40.885	34.008	4.966	11.335
Partes relacionadas	38.385	34.008	4.966	11.335
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.500	–	–	–
	40.885	34.008	4.966	11.335

Consolidado	Balanço Patrimonial 31/12/2022 Circulante Ativo	31/12/2022 Circulante Passivo	31/12/2021 Circulante Ativo	31/12/2021 Circulante Passivo
Verssat Indústria e Construção Ltda.(i)	–	–	1.209	–
Total	–	–	1.209	–

(i) Refere-se a contrato de mútuo, já liquidado, celebrado entre a controlada direta Elemidia e a Verssat, com pagamento em 12 parcelas mensais e saldo atualizado à taxa CDI + 3%.

Controladora	Resultado 31/12/2022 Outras Receitas Operacionais	31/12/2022 Outras Despesas Operacionais	31/12/2021 Outras Receitas Operacionais	31/12/2021 Outras Despesas Operacionais
Publibanca	13.649	–	4.936	–
TV Minuto	2.091	–	2.128	–
Elemidia	21.030	–	–	–
Total	36.770	–	7.064	–

As transações com partes relacionadas registradas em outras receitas operacionais, referem-se ao Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesa, celebrado com a finalidade de compartilhar as despesas incorridas pelas sociedades no desempenho de suas atividades, por meio do reembolso, pelas sociedades, à Companhia, de parte dos valores incorridos pela Companhia para manutenção da estrutura necessária para as sociedades desenvolverem suas atividades. Ao final de cada mês a Companhia calculará o valor da remuneração devida por cada uma das sociedades, com base: (i) no rateio das despesas da Companhia, quais sejam: pessoal (folha de pagamento e remuneração fixa acrescido de comissões de vendas), comercial, administrativas e gerais; (ii) na participação percentual de receitas de cada uma das sociedades sobre o total da soma destas; e (iii) com base no mês imediatamente anterior, tanto para receita quanto para despesas. Adicionalmente, a Companhia mantém saldo com partes relacionadas registradas na rubrica de Outras obrigações de longo prazo, referente a dívida com antigos controladores da controlada indireta Otima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A., conforme descrito na Nota 24. **26.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram considerados como pessoal-chave da Administração os diretores estatutários. A remuneração está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios de curto prazo a empregados	1.860	2.883
Benefícios indiretos, incluindo assistência médica	3.927	3.448
	5.787	6.331

Os montantes apresentados na tabela referem-se aos valores reconhecidos como despesa no exercício relacionadas com os membros-chave da Administração. **27. Patrimônio líquido:** a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia é de R$218.062 (R$212.801 em 31 de dezembro de 2021), dividido em 139.983.753 (139.144.748 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias unitárias, nominativas e sem valor nominal. As ações são indivisíveis perante a Companhia e correspondem a um voto nas deliberações das Assembleias gerais. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias, mediante emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 17 de fevereiro de 2021, a Companhia realizou a oferta pública de distribuição primária e secundária de 42.557.232 (quarenta e dois milhões, quinhentas e cinquenta e sete mil, duzentas e trinta e duas) ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), sendo: • 39.303.762 (trinta e nove milhões, trezentas e três mil, setecentas e sessenta e duas) novas Ações de emissão da Companhia ("Oferta Primária"); • 3.253.470 (três milhões, duzentas e cinquenta e três mil, quatrocentas e setenta) Ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores; considerando a colocação das ações adicionais e a colocação integral das Ações Suplementares ("Oferta Secundária" e, em conjunto com a Oferta Primária, "Oferta"). O preço da ação foi de R$17,81 por Ação ("Preço por Ação"), perfazendo o montante total de R$700.000, sendo os valores líquidos de comissões, geraram uma entrada de recursos de R$668.990. Em 20 de março de 2021, em Reunião do Conselho de Administração, foi deliberado aumento de capital referente ao exercício de opções de compra de ações do Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 27 de novembro de 2020 de R$4.179 com emissão de 2.149.400 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal. Em 31 de março de 2021, em Reunião do Conselho de Administração, foi deliberado aumento de capital para atender ao exercício de direito de aquisições de ações próprias do Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 23 de dezembro de 2020 de R$2.343 com emissão de 393.606 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal. Em 20 de agosto de 2021, em Reunião do Conselho de Administração, foi deliberado aumento de capital para atender ao exercício de direito de aquisições de ações próprias do Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 23 de dezembro de 2020 de R$5.033 com emissão de 1.024.376 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal. Em 04 de outubro de 2021, em Reunião do Conselho de Administração, foi deliberado aumento de capital para atender ao exercício de direito de aquisições de ações próprias do Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 23 de dezembro de 2020 de R$269 com emissão de 13.890 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal. Em 12 de novembro de 2021, em Reunião do Conselho de Administração, foi deliberado aumento de capital para atender ao exercício de direito de aquisições de ações próprias do Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 23 de dezembro de 2020 de R$203 com emissão de 33.144 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal. Em 17 de fevereiro de 2022, em Reunião do Conselho de Administração, foi deliberado aumento de capital para atender ao exercício de direito de aquisições de ações próprias do Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 29 de dezembro de 2020 de R$5.261 com emissão de 839.005 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal. b) Gastos com emissão de ações: Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, a companhia reconheceu os gastos com emissão de ações originadas da oferta pública de 17 de fevereiro de 2021, registrando no Patrimônio Líquido o montante de R$27.508, líquido de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (R$41.678 com tributos). Os gastos das ações colocadas adicionalmente dos acionistas vendedores decorrentes da oferta secundária foram assumidos por eles, não gerando nenhum gasto registrado nos livros da Companhia. c) Reserva legal: Constituída ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido da Companhia, conforme os termos da legislação societária. d) Ações em tesouraria: Em 05 de maio de 2022 a Companhia aprovou a criação do programa de recompra de até 4.870.419 ações ordinárias de sua emissão, correspondentes a, aproximadamente, 3,48% do total de ações de sua emissão as quais correspondem a até 10% das ações de emissão da Companhia em circulação após a realização da totalidade das aquisições autorizadas ("Programa de Recompra"). A seguir estão demonstradas as movimentações das ações em tesouraria no exercício:

	Quantidade de Ações	R$
Saldo em 31 de dezembro de 2021	–	–
(+) Recompra de ações	1.481.657	15.775
(–) Exercício de opções de ações	(251.639)	(2.525)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.230.018	13.250

e) Resultado básico e diluído por ação: *Resultado básico:* O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Resultado básico por ação	Ordinárias 31/12/2022	Ordinárias 31/12/2021
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores	32.190	(11.479)
Quantidade de ações (em milhares) - média ponderada	139.411	115.065
Resultado básico por ação - Em reais	0,2309	(0,0998)

Resultado diluído por ação: A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

Resultado diluído por ação	Ordinárias 31/12/2022	Ordinárias 31/12/2021
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores	32.190	(11.479)
Quantidade de ações (em milhares) - média ponderada	139.411	115.065
Ajustes de opções de compras de ações (em milhares) (*)	3.048	–
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para resultado diluído por ação	142.459	115.065
Resultado diluído por ação	0,2260	(0,0998)

(*) Em decorrência do prejuízo do exercício, não considerado em 2021 para fins de diluição. f) Plano de opção de compra de ações e incentivos atrelados a ações: O plano para a administração concede opções de ações à administração e funcionários que possuem cargos estratégicos. As opções serão exercíveis de acordo com o prazo contratual de *vesting* de cada instrumento, a partir da data de concessão e se o executivo ainda estiver empregado naquela data. O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base em modelo *black&scholes* que considera os prazos e as condições da concessão dos instrumentos. As opções de ações podem ser exercidas até dez anos após o período de outorga. Não há alternativas para liquidação em dinheiro. O Grupo não adotou a política de liquidação em dinheiro no passado. O quadro abaixo apresenta o total de ações dos programas vigentes do Plano:

Programa do plano	Beneficiários	Data de concessão	Total de ações de contratos de opção de compra	Total da despesa
2º Programa	Executivos e empregados indicados pela diretoria	29/12/2020	3.048.272	1.718
			3.048.272	1.718

O preço de exercício de cada opção individualmente corresponderá ao preço por ação pago pelo outorgado quando da aquisição das ações próprias, corrigido monetariamente de acordo com a variação do CDI, a partir da data de outorga até a data de exercício da opção. O preço de exercício será pago pelos outorgados nas formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração quando da ocorrência do evento de liquidez. O efeito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$1.684 (R$2.554 em 31 de dezembro de 2021). A seguir encontra-se demonstrado abaixo a quantidade e o preço médio ponderado de exercício das opções de ações para cada um dos seguintes grupos de opções:

Planos de Opções de compra	Ações Próprias	Opções
Data da outorga	29/12/2020	29/12/2020
Quantidade de ações do programa (*)	441.493	2.606.779
Preço de exercício em R$	5,92 / 6,27	5,92 / 6,27
Preço de mercado na data da outorga em R$	5,79 / 15,00	5,79 / 15,00
Valor justo das opções em R$	549	3.707
Volatilidade do preço da ação - %	21,21 / 25,55	21,21 / 25,55
Valor de mercado	549	3.707

(*) Já considera o desdobramento de ações aprovado pela Companhia.

Grupo de ações e opções	Quantidade 31/12/2022	Quantidade 31/12/2021
Em circulação no início do exercício	4.138.919	7.392.685
Outorgadas durante o exercício	–	399.040
Exercidas durante o exercício	(1.090.647)	(3.652.806)
Em circulação no final do exercício	3.048.272	4.138.919

28. Receita operacional líquida:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Receita bruta de serviços	374.997	282.145	874.340	487.953
(–) Impostos incidentes	(19.752)	(32.027)	(41.612)	(55.913)
(–) Cancelamentos	(20.802)	(13.068)	(32.750)	(16.342)
Receita operacional líquida	334.443	237.050	799.978	415.698

29. Custos e despesas por natureza:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Aluguéis	(2.078)	(954)	(6.679)	(1.429)
Repasses	(185.687)	(124.723)	(253.604)	(168.456)
Serviços de terceiros	(17.572)	(16.822)	(38.504)	(24.123)
Manutenções e reparos	(7.519)	(6.302)	(18.619)	(10.592)
Energia elétrica e links de Internet	(4.221)	(2.366)	(13.027)	(6.958)
Outros Tributos, Contribuições e Taxas	(1.848)	(606)	(13.213)	(1.093)
Viagens e Estadas	(2.063)	(337)	(3.634)	(388)
Comissões	(27.018)	(20.870)	(58.423)	(32.082)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas efetivas	(801)	(957)	(2.342)	(2.028)
Despesas com pessoal	(70.235)	(46.269)	(117.270)	(76.965)
Depreciação e amortização	(50.733)	(47.777)	(117.253)	(72.270)
Compartilhamento de custos	36.770	7.065	–	–
Outras despesas e receitas	(13.805)	(9.301)	(22.989)	(10.201)
Total de custos e despesas	(346.810)	(270.219)	(665.557)	(406.585)
Custos dos serviços prestados	(273.277)	(190.337)	(476.670)	(286.248)
Despesas comerciais	(11.776)	(7.693)	(17.801)	(10.596)
Despesas gerais e administrativas	(100.840)	(61.976)	(171.519)	(94.647)
Outras receitas (despesas) operacionais	39.083	(10.213)	433	(15.094)
Total de custos e despesas	(346.810)	(270.219)	(665.557)	(406.585)

30. Resultado financeiro, líquido:	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Receitas financeiras	40.046	25.981	45.756	28.495
Rendimentos sobre aplicação financeira	20.969	24.769	26.289	26.850
Juros ativos	4.805	1.077	5.037	1.163
Variação cambial ativa	13.752	–	13.834	–
Outras receitas financeiras	520	135	596	482
Despesas financeiras	(103.270)	(51.559)	(134.840)	(53.903)
Juros passivos	(82.882)	(47.894)	(109.913)	(49.300)
Encargos sobre financiamentos	(1.867)	(1.563)	(1.887)	(1.563)
Variação cambial passiva	(17.521)	–	(19.088)	–
Multas sobre impostos	–	(7)	–	(29)
Descontos concedidos	(1)	(508)	(361)	(508)
Outras despesas financeiras	(999)	(1.587)	(3.591)	(2.503)
Resultado financeiro líquido	(63.224)	(25.578)	(89.084)	(25.408)

31. Imposto de renda e contribuição social: a) Reconciliação da receita (despesa):

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	18.700	(30.579)	45.337	(16.295)
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social (34%)	(6.358)	10.397	(15.415)	5.540
Participações em controladas	32.059	9.656	–	–
Adições permanentes	(751)	(190)	(3.845)	10
Exclusões permanentes	24	–	245	–
Prejuízos Fiscais	–	–	–	29
Imposto corrente/diferido não constituído (PERSE) (i)	(11.682)	–	28.209	–
Efeito de imposto controlada adquirida no exercício (ii)	–	–	(3.651)	–
Baixa de impostos prescritos e outros	198	(763)	530	(763)
Total de IRPJ e CSLL	13.490	19.100	6.073	4.816
IR e CS no resultado				
Corrente	–	(763)	(916)	(18.856)
Diferido	13.490	19.863	6.989	23.672
Total	13.490	19.100	6.073	4.816
Alíquota efetiva	-72,1%	62,5%	-13,4%	29,6%

(i) Impostos correntes sobre lucro fiscal não constituídos e impostos diferidos não constituídos sobre diferenças temporárias realizáveis em menos de 5 anos (PERSE). (ii) Efeito das eliminações do resultado da Otima nas linhas do corrente e diferido. b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

Ativos e (passivos) diferidos	Controladora Saldos em 31/12/2021	Controladora Resultado	Controladora Saldos em 31/12/2022	Consolidado Saldos em 31/12/2021	Consolidado Resultado	Consolidado Saldos em 31/12/2022
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa	38.060	21.904	59.964	38.869	41.882	80.751
IR e CS diferido sobre amortização fiscal de ágios (i)	(20.607)	–	(20.607)	(20.607)	–	(20.607)
Diferenças temporárias	30.177	(8.414)	21.762	44.538	(2.399)	42.139
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	173	(173)	–	283	(283)	–
Provisão para custos e despesas	17.463	(17.463)	–	31.564	(30.715)	849
Provisão para contingências	792	222	1.013	1.712	8.699	10.411
Provisão de receitas	(2.410)	2.410	–	(3.250)	3.239	(11)
IFRS16	(9)	9	–	(66)	70	4
Amortização de alocações de intangíveis	12.440	5.819	18.259	12.567	15.830	28.397
Outorga de ações	1.917	573	2.490	1.917	572	2.489
Outras diferenças	(189)	189	–	(189)	189	–
Total de movimento dos impostos diferidos	47.630	13.490	61.119	62.800	39.483	102.283
Total impostos diferidos controlada indireta (Otima)	–	–	–	–	(32.494)	–
Total na demonstração de resultados	–	–	–	–	6.989	–

(i) A Companhia registra imposto de renda e contribuição social diferida passiva das amortizações fiscais de ágios da apuração fiscal. Esse passivo é constituído para contrabalançar os efeitos da redução do lucro tributável decorrente dessa amortização fiscal e será realizada a partir do momento da realização dos ágios, ou por teste de recuperabilidade desses ágios ("*impairment*"). A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos. O fluxo estimado de realização dos impostos diferidos já contempla os impactos inerentes a adesão ao PERSE (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos). A seguir, demonstramos a expectativa de realização dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2022:

Ano	Controladora	Consolidado
2023	–	13.412
2024	–	7.375
2025	1.875	1.875
2026	8.346	8.346
2027	35.639	56.016
2028	5.431	5.431
2029	9.615	9.615
2030	11.191	11.191
2031	9.629	9.629
Total	81.726	122.890

32. Seguros: A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas, em 31 de dezembro de 2022, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, constantes nas apólices de seguros:

Ramos	Importâncias seguradas Controladora	Importâncias seguradas Consolidado
Risco empresarial	**10.000**	**10.000**
Riscos financeiros	**66.758**	**135.894**
Responsabilidade civil	**15.750**	**16.000**

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas

continua

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*

DocuSign Envelope ID: 3E8829E5-072D-4562-9BD4-4346ADFFE329

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA ELETROMIDIA S.A. - 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

★ continuação

pelos nossos auditores independentes. **33. Gestão de risco financeiro:** A Companhia pode estar exposta aos seguintes riscos de acordo com a sua atividade: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Gestão de capital. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos mencionados, os objetivos da Companhia, políticas para seu gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. i) Risco de crédito: O risco de crédito da Companhia se caracteriza pelo não cumprimento, por um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, de suas obrigações contratuais. As operações da Companhia estão relacionadas à locação de bens móveis e espaços para a colocação de produtos eletrônicos, principalmente painéis eletrônicos para a divulgação informatizada de publicidade e dados de interesse público ou particular, e a carteira de clientes, além de diversificada, é constantemente monitorada com o objetivo de reduzir perdas por inadimplência. A Companhia adota procedimentos específicos de seletividade e análise da carteira de clientes, visando prevenir perdas por inadimplência. A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas esperadas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação e os valores contábeis representam a exposição máxima do risco de crédito. A Companhia monitora sua carteira de recebíveis periodicamente e o departamento de operações financeiras e departamento jurídico são ativos nas negociações junto aos devedores. Além disso a Companhia tem como obrigação avaliar os riscos das contrapartes e busca diversificar a exposição periodicamente. A administração considera que a exposição máxima ao risco de crédito de seus ativos financeiros está representada pelos saldos de contas a receber registrados no balanço patrimonial da Companhia. ii) Risco de liquidez: As decisões de investimentos são tomadas a luz dos impactos dos mesmos nos fluxos de caixa de longo prazo (60/120 meses). A diretriz da Companhia é trabalhar com premissas de saldos mínimos de caixa, que variam conforme o cronograma de investimentos e de cobertura financeira das obrigações, onde a geração de caixa projetada tem que superar as obrigações contratadas (financiamento, adições de imobilizado, aquisições), mitigando assim o risco liquidez. Para financiar a expansão de suas operações, a Companhia busca estruturar junto ao mercado financeiro operações de longo prazo, de modo a alinhá-la a geração de caixa esperada. A seguir, estão os vencimentos contratuais dos passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados e excluindo, se houver, o impacto da negociação de moedas pela posição líquida.

						Controladora
31 de dezembro de 2022	**Valor contábil**	**Fluxo de caixa contratual**	**6 meses ou menos**	**06-12 meses**	**01-02 anos**	**02-05 anos**
Fornecedores	50.069	50.069	20.028	30.041	–	–
Empréstimos e financiamentos	100.596	100.596	–	100.596	–	–
Debêntures	477.489	477.489	87.963	63.042	260.874	65.610
Passivo de arrendamento	1.377	1.377	398	414	455	110
	629.531	629.531	108.389	194.093	261.329	65.720

						Controladora
31 de dezembro de 2021	**Valor contábil**	**Fluxo de caixa contratual**	**6 meses ou menos**	**06-12 meses**	**01-02 anos**	**02-05 anos**
Fornecedores	66.893	66.893	28.525	38.368	–	–
Empréstimos e financiamentos	–	–	–	–	–	–
Debêntures	603.943	603.943	81.803	65.219	260.874	196.047
Passivo de arrendamento	1.820	1.820	520	520	636	144
	672.656	672.656	110.848	104.107	261.510	196.191

						Consolidado
31 de dezembro de 2022	**Valor contábil**	**Fluxo de caixa contratual**	**6 meses ou menos**	**06-12 meses**	**01-02 anos**	**02-05 anos**
Fornecedores	134.853	134.853	53.941	80.912	–	–
Empréstimos e financiamentos	206.471	206.471	14.984	114.935	70.071	6.481
Debêntures	477.489	477.489	87.963	63.042	260.874	65.610
Passivo de arrendamento	9.552	9.552	1.984	1.012	3.333	3.223
	828.365	828.365	158.872	259.901	334.278	75.314

						Consolidado
31 de dezembro de 2021	**Valor contábil**	**Fluxo de caixa contratual**	**6 meses ou menos**	**06-12 meses**	**01-02 anos**	**02-05 anos**
Fornecedores	104.835	104.835	31.195	73.640	–	–
Empréstimos e financiamentos	–	–	–	–	–	–
Debêntures	603.943	603.943	81.803	65.219	260.874	196.047
Passivo de arrendamento	4.544	4.544	1.484	1.480	1.436	144
	713.322	713.322	114.482	140.339	262.310	196.191

iii) Risco de mercado: A Companhia possui uma política de investimento com o objetivo de estabelecer diretrizes para gestão do caixa e minimizar riscos. De acordo com esta política, a Companhia realiza aplicações conservadoras, sendo permitido aplicar em Certificado de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas. A gestão do caixa da companhia é direcionada de modo a assegurar o cumprimento dos riscos abaixo descritos: • As aplicações são alocadas em instituições financeiras com reconhecido rating nacional determinado pelas principais agências de classificação de risco. • A Companhia deve manter 100% do total do seu caixa em aplicações que garantam uma liquidez de curto prazo (até 30 dias), de forma a garantir o cumprimento satisfatório de suas obrigações em situações correntes e de stress. a) *Risco cambial:* Em 26 de agosto de 2022, a Companhia celebrou um contrato de swap junto ao Banco do Brasil S.A. - Frankfurt, para proteção de uma operação de empréstimo em moeda estrangeira, nos termos da Lei nº 4.131, no montante de EUR 18.000. A taxa contratada foi de R$ 5,0892, o que gerou uma receita financeira com ganho de derivativos, no montante de R$8.880 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. b) *Risco de taxa de juros:*

				Valor contábil
	Controladora		**Consolidado**	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Instrumentos financeiros de taxa juros				
Ativos financeiros	92.107	560.055	160.906	600.386
Passivos financeiros	(578.085)	(603.943)	(683.960)	(603.943)
	(485.978)	(43.888)	(523.054)	(3.557)

Análise de sensibilidade de taxa de juros: O CPC40 aborda sobre os Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, na divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para os riscos de mercado considerados relevantes pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos. *Ativo financeiro:* Os ativos financeiros estão concentrados em investimentos pós-fixados atrelados à variação do CDI. *Passivos financeiros (exposição por tipo de risco):* Para cálculo da análise de sensibilidade a projeção anual das variáveis de risco foi feita com base na projeção de taxa de mercado, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil. O cenário provável é o cenário trabalhado pela Administração e pode ser entendido como saldo estimado dos empréstimos, financiamentos e Debêntures ao final do exercício atual. Nos cenários II e III foram sensibilizadas as respectivas variáveis de risco em 25% e 50%. As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade da administração da Companhia e o efeito caixa das operações em aberto em 31 de dezembro de 2022, assim como os valores dos indexadores utilizados nas projeções.

					Controladora
Operação	**Variável de risco**	**Valor contábil**	**Cenário I (provável)**	**Cenário II (+25%)**	**Cenário III (+50%)**
Passivos financeiros	Alta CDI	578.085	657.572	677.443	697.315
Impacto no resultado antes dos impostos			(79.487)	(99.358)	(119.230)

					Consolidado
Operação	**Variável de risco**	**Valor contábil**	**Cenário I (provável)**	**Cenário II (+25%)**	**Cenário III (+50%)**
Passivos financeiros	Alta CDI	674.792	767.576	790.772	813.968
Passivos financeiros	Alta TJLP	9.168	9.844	10.013	10.182
Impacto no resultado antes dos impostos			(93.460)	(116.825)	(140.189)

			31/12/2022
Indexador	**Cenário I Provável**	**Cenário II (+25%)**	**Cenário III (+50%)**
CDI	13,75%	17,19%	20,63%
TJLP	7,37%	9,21%	11,06%

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2022. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2022 projetando os índices até 31 de dezembro de 2023 e verificando a sensibilidade destes em cada cenário no exercício atual. c) *Determinação do valor justo:* A administração considera que ativos e passivos financeiros não demonstrados nesta nota estão com valor contábil próximo ao valor justo. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

					Controladora
		31/12/2022		**31/12/2021**	
Instrumentos	**Nível**	**Valor Contábil**	**Valor Justo**	**Valor Contábil**	**Valor Justo**
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	2	62.141	62.141	527.926	527.926
Aplicações financeiras restritas	2	29.966	29.966	32.129	32.129
Custo amortizado					
Caixa e bancos	2	3.354	3.354	2.316	2.316
Contas a receber	2	79.479	79.479	78.624	78.624
Derivativos a receber	2	8.880	8.880	–	–
Depósitos judiciais	2	2.470	2.470	2.666	2.666
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Fornecedores	2	(50.069)	(50.069)	(66.893)	(66.893)
Valores devidos por aquisição de participação	2	(33.442)	(33.442)	(34.579)	(34.579)
Empréstimos e financiamentos	2	(100.596)	(100.596)	–	–
Debêntures	2	(477.489)	(477.489)	(603.943)	(603.943)

					Consolidado
		31/12/2022		**31/12/2021**	
Instrumentos	**Nível**	**Valor Contábil**	**Valor Justo**	**Valor Contábil**	**Valor Justo**
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	2	130.940	130.940	568.257	568.257
Aplicações financeiras restritas	2	29.966	29.966	32.129	32.129
Custo amortizado					
Caixa e bancos	2	37.881	37.881	11.925	11.925
Contas a receber	2	196.320	196.320	129.515	129.515
Derivativos a receber	2	8.880	8.880	–	–
Depósitos judiciais	2	3.234	3.234	3.374	3.374
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Fornecedores	2	(134.853)	(134.853)	(104.835)	(104.835)
Valores devidos por aquisição de participação	2	(90.158)	(90.158)	(41.643)	(41.643)
Empréstimos e financiamentos	2	(206.471)	(206.471)	–	–
Debêntures	2	(477.489)	(477.489)	(603.943)	(603.943)

Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 incluem: O valor justo dos contratos de câmbio a termo é determinado utilizando taxas de câmbio a prazo na data do balanço. Não houve transferência entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2022 e 2021 instrumentos financeiros de nível 3. *Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo do valor justo:* Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia e suas controladas foram apurados conforme descrito abaixo. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos, assim como não há outros instrumentos financeiros derivativos registrados em 31 de dezembro de 2022. *Caixa e equivalentes e aplicações financeiras:* Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. CDB, debêntures e compromissadas - avaliadas a valor justo baseado no valor provável de realização. Para as demais aplicações financeiras, o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos; quando da inexistência, foram baseados nos fluxos de caixa futuros, descontadas as taxas médias de aplicação disponíveis. *Contas a receber de terceiros e empréstimos e financiamentos:* Os saldos de financiamentos e de contas a receber de terceiros têm seus valores justos similares aos saldos contábeis. iv) Gestão de capital: Em virtude de as receitas da Companhia serem diretamente relacionadas à capacidade de locar os espaços de publicidade e propaganda, a Administração monitora periodicamente suas condições operacionais de modo a antecipar possíveis impactos. Para isso, a Companhia investe em inovação e geração de conteúdo dinâmico e relevante de forma a manter a atratividade de seu negócio junto aos seus clientes vis-à-vis as plataformas tradicionais de propaganda e publicidade. Não obstante, a comercialização destes espaços de publicidade e propaganda é realizada por uma equipe própria de modo a ter assegurado negociações com seus clientes que sejam alinhadas com a estratégia de marketing bem como a associação com marcas e clientes que gerem valor para a Companhia. Os riscos são revisados mensalmente pelas diretorias operacional e financeira que geram relatórios de acompanhamento. Caso sejam identificadas situações de desvio, revisões das estratégias da Companhia são submetidas para aprovação da diretoria para que sejam implantadas. A Diretoria acompanha o desempenho de seus negócios com base em um orçamento aprovado anualmente. Esse sistema permite acompanhar e validar previamente os desembolsos vis-à-vis o orçado assim como o desempenho financeiro e operacional dos investimentos, do mesmo modo que é acompanhado de perto a evolução da liquidez da Companhia com foco no curto e longo prazo. *Gestão de capital:* O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital bem estabelecida a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Não houve alteração quanto à política da administração de capital da Companhia em relação a exercícios anteriores e a Companhia e suas subsidiarias não estão sujeitas a exigências externas impostas de Capital. Quadro demonstrativo da relação entre dívida líquida e patrimônio líquido:

		Consolidado
	31/12/2022	**31/12/2021**
Empréstimos e financiamentos	206.471	–
Debêntures	477.489	603.943
Total	683.960	603.943
(–) Caixa e equivalentes de caixa	(37.881)	(11.925)
(–) Aplicações financeiras de curto prazo	(130.940)	(568.257)
Dívida líquida (A)	515.139	23.761
Total do patrimônio líquido (B)	793.395	767.511
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido (A/B)	65%	3%

34. Eventos subsequentes: Acordo de compra e venda para aquisição de participação acionária pela Globo Comunicação e Participações S.A.. Em 06 de março de 2023, a Companhia recebeu notificação enviada por (i) seus acionistas Vesuvius LBO - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ("Vesuvius FIP") e Alexandre Guerrero Martins ("Alexandre" e, em conjunto com o Vesuvius FIP, os "Vendedores"); e (ii) por Globo Comunicação e Participações S.A. ("Comprador"), informando que celebraram no dia 5 de março de 2023 um contrato de compra e venda de ações, tendo como objeto a venda de 12.000.000 de ações da Companhia detidas pelos Vendedores ao Comprador. A conclusão da operação estava sujeito, dentre outras condições, à aquisição pelo Comprador de, no mínimo, 8.997.563 ações da Companhia por meio de operações em bolsa de valores a serem realizadas até 30 dias contados da assinatura do contrato, condição essa, atingida através da aquisição de 12.075.800 ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondente a 8,63% das ações ordinárias. A operação depende da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Concessão para instalação e manutenção de relógios de rua e abrigos de ônibus no Município de Salvador. Em 09 de janeiro de 2023, a Companhia assinou o contrato de concessão relativo ao Edital de Concorrência Pública 002/2022 ("Concorrência Pública") - lotes 1 e 2, conduzido pela Prefeitura do Município de Salvador para a instalação e manutenção de relógios eletrônicos digitais e a instalação e manutenção de abrigos de ônibus, e a consequente exploração comercial dos espaços publicitários dos respectivos relógios e abrigos. A Companhia foi confirmada como empresa vencedora em 09 de setembro de 2022. A Concessão contempla no lote 1: (i) a instalação e manutenção de 200 relógios eletrônicos digitais de rua - com 400 painéis publicitários; e (ii) a instalação de 3.000 lixeiras e, no lote 2 a instalação e manutenção: (i) de 836 abrigos de ônibus - com 820 painéis publicitários; (ii) de 200 abrigos de táxi; e (iii) 500 bicicletários. O processo licitatório para a instalação e manutenção dos relógios de rua e abrigos de ônibus, e a consequente comercialização publicitária exclusiva desses espaços públicos, serão realizados no Município de Salvador pelo prazo de 20 anos.

DIRETORIA

Alexandre Guerrero Martins
Diretor Presidente

Ricardo de Almeida Winandy
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Marcelo Pacheco
Diretor de Comercial

CONTADOR

Pedro Christovam - Controller
CRC: SP-270879/O-9

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rodrigo Brandão Feitosa - Presidente do Conselho de Administração
Débora Mayor Vizeu - Membro do Conselho de Administração
Eduardo Azevedo Marques de Alvarenga - Membro do Conselho de Administração
Fábio Isay Saad - Membro do Conselho de Administração
Tiago Branco Waiselfisz - Membro do Conselho de Administração
Luiz Felipe Costa Romero de Barros - Membro Independente do Conselho de Administração
Paulo Racy Badra - Membro Independente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Diretores e Conselho de Administração, **Eletromidia S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eletromidia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Ágio por expectativa de rentabilidade futura:** De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro, a Companhia é requerida a testar anualmente a recuperabilidade dos valores registrados como ativos intangíveis de vidas úteis indefinidas, incluindo o ágio por expectativa de rentabilidade futura. Em 31 de dezembro de 2022, o ágio por expectativa de rentabilidade futura registrado no balanço patrimonial da Companhia era de R$ 440.972mil, como divulgado na Nota Explicativa 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Esse item foi considerado como um principal assunto de nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade do ágio é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas tais como: determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e suas controladas para vários anos futuros. Tais premissas poderão ser afetadas, de forma relevante, pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais ainda não podem ser estimados com precisão. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, (i) a avaliação das políticas relacionadas a constituição do ágio e análise anual de expectativa de referentes a aspectos contábeis como, bem como os controles adotados pela Companhia na identificação, avaliação, registro e divulgação dos respectivos riscos envolvidos; (ii) obtenção das projeções de rentabilidade futura elaboradas pela diretoria da Companhia; (iii) análise da objetividade e do conhecimento dos preparadores das projeções de rentabilidade futura; (iv) envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na análise das premissas das projeções de rentabilidade futura determinadas pela diretoria da Companhia; e (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras, incluídas na Nota 15, foram apropriadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o ágio por expectativa de rentabilidade futura, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura preparados pela diretoria são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Também avaliamos à adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o ágio por expectativa de rentabilidade futura na Nota Explicativa 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Reconhecimento de receita de prestação de serviços:** Conforme mencionado na Nota Explicativa 3.6 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia reconhece suas receitas, na extensão em que as obrigações de desempenho vão sendo atendidas e os serviços são prestados aos clientes, por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes serviços. Para as receitas de prestação de serviços de publicidade a serem veiculadas, o reconhecimento das receitas é efetivado com base no estágio de conclusão do serviço ou período de inserção da publicidade. O estágio de conclusão é avaliado com base no método de prazo decorrido e contratado de veiculação das mídias, conforme definido pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (equivalente à norma internacional IFRS 15). A complexidade envolvida na estimativa do estágio de conclusão dos serviços que é realizada de forma individual por requisição e pedido de inserção e que estão formalizadas no contrato, bem como os potenciais riscos envolvidos em relação à competência do reconhecimento de receitas, nos levou a considerar esse assunto um dos principais assuntos de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) obtenção de documentação suporte para uma amostra de transações de receitas reconhecidas no exercício corrente, incluindo o exame dos respectivos contratos, pedidos de inserção e prazos de veiculação de publicidade e (ii) análise dos saldos utilizando o prazo efetivo de veiculação para identificar relações dissonantes às nossas expectativas baseadas em nosso conhecimento da Companhia e da indústria na qual está inserida, além de demais movimentações que pudessem indicar inconsistências quanto à conformidade do reconhecimento da receita na competência adequada. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento e mensuração da receita de serviços de inserção de publicidade adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 3.6, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Combinação de negócios:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia adquiriu a Otima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. ("Otima") e a MOOHB CPS Concessionária de Mobiliário Urbano SPE Ltda. ("MOOHB"). As aquisições foram contabilizadas pela Companhia, considerando o método de aquisição e representou valores significativos nas demonstrações financeiras, incluídos na Nota Explicativa 5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, pelos julgamentos envolvidos na identificação e determinação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e a consequente alocação do preço de aquisição, além da magnitude dos montantes envolvidos. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos relacionados a combinação de negócio incluíram, entre outros: (i) o entendimento dos controles internos chave implementados pela Companhia relacionados ao processo de aquisição da Companhia; (ii) o envolvimento de nossos especialistas de finanças corporativas para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia utilizadas para determinação e reconhecimento do valor justo de ativos adquiridos, passivos assumidos e ágio por expectativa de rentabilidade futura; (iii) realização de procedimentos de auditoria dos saldos iniciais das Empresas adquiridas na data de aquisição como parte da determinação do valor justos dos ativos e passivos assumidos; e (iv) avaliação da adequação das respectivas divulgações da Companhia da combinação de negócio. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre os procedimentos de combinação de negócios, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as políticas contábeis de combinação de negócios e premissas utilizadas para determinação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, adotadas pela administração da Companhia para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International *Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de março de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP034519/O
Lazaro Angelim Serruya
Contador CRC-DF015801/O

EY Building a better working world

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*